



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



NAYARA CRISTINA BRITO DIAS

**A CONCILIAÇÃO DA MATERNIDADE E DA VIDA ACADÊMICA:
UMA CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO COMBATE À RETENÇÃO
UNIVERSITÁRIA**

**VITÓRIA-ES
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



NAYARA CRISTINA BRITO DIAS

**A CONCILIAÇÃO DA MATERNIDADE E DA VIDA ACADÊMICA:
UMA CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO COMBATE À RETENÇÃO
UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora de Carvalho Corassa

**VITÓRIA - ES
2021**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D541c Dias, Nayara Cristina Brito, 1990-
A conciliação da maternidade e da vida acadêmica : uma contribuição da gestão pública no combate à retenção universitária / Nayara Cristina Brito Dias. - 2021.
81 f. : il.

Orientadora: Maria Auxiliadora de Carvalho Corassa.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Gestão pública. 2. Retenção. 3. Ensino superior. 4. Maternidade. I. Corassa, Maria Auxiliadora de Carvalho. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

NAYARA CRISTINA BRITO DIAS

**A CONCILIAÇÃO DA MATERNIDADE E DA VIDA ACADÊMICA: UMA
CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO COMBATE À RETENÇÃO
UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovado em 19 de outubro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Maria Auxiliadora de Carvalho Corassa
Orientadora - PPGGP/UFES

Prof. Dr. Marilene Olivier Ferreira de Oliveira
Membro Interno - PGGP/UFES

Prof. Dr. Marlene Valerio dos Santos Arenas
Membro Externo - PROFIAP/UNIR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



NAYARA CRISTINA BRITO DIAS

**A CONCILIAÇÃO DA MATERNIDADE E DA VIDA ACADÊMICA:
UMA CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NO COMBATE À RETENÇÃO
UNIVERSITÁRIA**

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Auxiliadora de Carvalho
Corassa
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profa. Dra. Marilene Olivier Ferreira de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

Profa. Dra. Marlene Valerio dos Santos Arenas
Universidade Federal de Rondônia
Programa de Pós-Graduação em Administração
Pública

Dedico este trabalho ao Bento.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Bento, por me tornar mãe e permitir que, com a maternidade, eu enxergasse todo um Universo, antes desconhecido; que me fez desejar auxiliar outras mães, fazendo o possível para que sua trajetória acadêmica possa ser menos árdua.

Agradeço à minha mãe, Helena, por ter sido minha grande incentivadora e por estar sempre presente cuidando de mim e me apoiando.

Sou imensamente grata às minhas grandes amigas Luciana e Suziane por tanto amor e amparo, por serem minha família de coração e por serem as melhores companhias na jornada da maternidade.

À Universidade Federal do Espírito Santo e ao Programa de Mestrado em Gestão Pública, pela oportunidade de aprendizagem e crescimento.

It takes a village to raise a child (É preciso uma aldeia para criar uma criança).

Provérbio africano

RESUMO

DIAS, Nayara Cristina Brito. **A conciliação da maternidade e da vida acadêmica**: uma contribuição da gestão pública no combate à retenção universitária. 2021. 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

A busca por melhor qualificação para a entrada no mercado de trabalho conduz as pessoas para o ambiente universitário. No entanto, **alguns fatores interferem na trajetória estudantil** e podem levar ao atraso na conclusão dos estudos. Por exemplo, ser mãe e cursar a graduação tem sido apontado pela literatura em âmbitos nacional e internacional como algo que acrescenta dificuldade à vida das universitárias, que acabam por acumular inúmeras outras funções, como profissionais, donas de casa, dentre outras. Tendo em vista as muitas demandas trazidas pela maternidade às alunas-mães, o **objetivo** deste estudo é analisar quais ferramentas podem ser adotadas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) para a melhoria do desempenho acadêmico das estudantes-mães nos cursos de graduação presencial, a fim de evitar a retenção estudantil desse público. Supõe-se que haja interferência de questões associadas à maternidade no que tange ao atraso nos estudos das alunas-mães. **Em termos teóricos**, o estudo ancora-se na compreensão sobre retenção como uma etapa prévia à evasão, provocando impactos prejudiciais aos estudantes, à instituição de ensino e à sociedade como um todo. A pesquisa utilizou **abordagem qualitativa**, caracterizando-se como **exploratório-descritiva**, com dados provenientes de múltiplas fontes, tais como: revisão de literatura sobre os efeitos da maternidade na formação das estudantes-mães; Relatórios de Ritmo Estudantil referentes a alunos ingressantes em cursos de graduação presenciais da Ufes de 2015/1 a 2019/2, para analisar a retenção universitária por gênero; questionário semiestruturado aplicado a alunas com um ou mais filhos que haviam ingressado em cursos do Centro de Ciências Humanas e Naturais no mesmo período, para registrar as dificuldades por elas vivenciadas, bem como mapear medidas que possam ser implementadas na Ufes para auxiliar na vida acadêmica dessas discentes; *sítes* e documentos de universidades públicas federais listadas no Portal do Ministério da Educação. **As análises** foram realizadas a partir da organização desses dados em gráficos e tabelas e interpretados com base na análise de conteúdo. **Os resultados** apontam que ações voltadas às alunas-mães são escassas nas universidades públicas federais brasileiras e, conforme dados obtidos diretamente com as estudantes participantes desta pesquisa, é importante que as universidades em geral e a Ufes, em particular, atuem para mudar esse quadro, visto que as condições dessas discentes, dadas as múltiplas tarefas que desempenham, impõem dificuldades à continuação dos estudos, o que pode levar à evasão e contribuir para intensificar ainda mais as desigualdades entre os gêneros.

Palavras-chave: Gestão pública. Retenção. Ensino superior. Maternidade.

ABSTRACT

DIAS, Nayara Cristina Brito. **The reconciliation of motherhood and academic life: a contribution from public management combating university retention.** 2021. 81 f. Dissertation (Professional Master in Public Management) – Center for Legal and Economic Sciences, Federal University of Espírito Santo, Vitória, 2021.

The search for better qualification to enter the job market leads people to the university environment. However, **some factors interfere in the student's trajectory** and can lead to a delay in completing their studies. For example, being a mother and attending college has been pointed out by the literature in national and international spheres as something that adds difficulty to the lives of university students, who end up accumulating numerous other functions, such as professional, housewife, among others. Considering the many demands maternity brings to student-mothers, this **study analyzes** which tools can be adopted by the Federal University of Espírito Santo (UFES) to improve the academic performance of student-mothers in undergraduate courses, in order to avoid student retention of this public. It is assumed that there is interference of issues associated with motherhood regarding the delay in the studies of student-mothers. **In theoretical terms**, the study is anchored on the understanding of retention as a step prior to dropping out, causing harmful impacts to students, to the educational institution and to society as a whole. The research used a **qualitative exploring research approach**, with data from multiple sources, such as: literature review on the effects of motherhood on the education of student-mothers; Student Rhythm Reports referring to students entering in face-to-face undergraduate courses at Ufes from 2015/1 to 2019/2, to analyze university retention by gender; semi-structured questionnaire applied to female students with one or more children who had entered courses at the Center of Human and Natural Sciences in the same period, to record the difficulties experienced by them, as well as map measures that can be implemented at Ufes to assist in the academic life of these female students; websites and documents of federal public universities listed on the Ministry of Education Portal. **The analyses** were performed from the organization of these data in graphs and tables and interpreted based on content analysis. **The results** indicate that actions aimed at student-mothers are scarce in Brazilian federal public universities and, according to data obtained directly with the students participating in this research, it is important that universities in general and the UFES, in particular, act to change this picture, since the conditions of these students, given the multiple tasks they perform, impose difficulties to the continuation of studies, which can lead to dropout and contribute to further intensify inequalities between genders.

Keywords: Public management. Retention. University education. Motherhood.

LISTA DE SIGLAS

CCHN – Centro de Ciências Humanas e Naturais

Ceunes – Centro Universitário do Norte do Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

Prograd – Pró-Reitoria de Graduação

PTT – Produto Técnico-Tecnológico

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPeI – Universidade Federal de Pelotas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Retenção do gênero feminino no CCHN (ingressantes 2015/1 a 2019/2).....	44
Gráfico 2 – Idade em que as universitárias se tornaram mães	50
Gráfico 3 – Carga horária profissional das alunas-mães.....	51
Quadro 1 – Síntese dos estudos sobre retenção universitária	29
Quadro 2 – Procedimentos metodológicos.....	37
Quadro 3 – Ações voltadas a mães estudantes e filhos nas universidades públicas federais brasileiras	46
Tabela 1 – Retenção de alunos na Ufes (ingressantes 2015/1 a 2019/2).....	43
Tabela 2 – Retenção de alunos por centros de ensino na Ufes (ingressantes 2015/1 a 2019/2)	43

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
1.1 PERCURSO ACADÊMICO E PROFISSIONAL.....	12
1.2 O TEMA.....	14
1.3 O CONTEXTO E O PROBLEMA.....	15
1.4 OBJETIVOS	18
1.4.1 Geral	18
1.4.2 Específicos	18
1.5 DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	19
1.6 PRODUTO TÉCNICO OBTIDO.....	20
2 APORTE TEÓRICO	21
2.1 GÊNERO.....	21
2.2 RETENÇÃO ESTUDANTIL EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS	25
2.3 MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA	30
2.4 TRABALHOS CORRELATOS	33
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
3.1 CARATERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	37
3.2 AMOSTRA.....	38
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	39
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS.....	40
3.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	41
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	42
4.1 A RETENÇÃO UNIVERSITÁRIA NA UFES POR GÊNERO	42
4.2 AÇÕES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS PARA A PERMANÊNCIA DAS ALUNAS-MÃES	45
4.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ALUNAS-MÃES DO CCHN-UFES.....	49
5 CONCLUSÕES	63
REFERÊNCIAS.....	68
APÊNDICE A – MENSAGEM DE ENVIO DO QUESTIONÁRIO	73
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E QUESTIONÁRIO.....	74

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação acadêmica para mulheres-mães não deveria ser um desafio, tampouco uma escolha. No entanto, na universidade, essa parcela de estudantes enfrenta dificuldades que, muitas vezes, não perpassam a realidade dos demais alunos e, todavia, continuam não alcançando a visibilidade dos gestores das universidades (FABBRO; HELOANI, 2010). Analisando-se os *sites* de algumas universidades públicas federais brasileiras, foi possível notar a pouca visibilidade que esse grupo possui nessas instituições, haja vista a escassez de políticas de apoio para estudantes com filhos. O que se vê mais comumente é a oferta de auxílio financeiro para custear a educação infantil ou vagas em creches das próprias universidades, o que também não ocorre em todas elas.

Segundo o Censo do Ensino Superior de 2017, 57% do público que compõe os cursos de graduação no Brasil são mulheres, que constituem a maior parte dos ingressantes e dos concluintes desses cursos (INEP, 2017). No início da década passada, Urpia e Sampaio (2011) apontaram que 8,81% das mulheres que estavam na graduação e na faixa etária de 19 a 29 anos tinham filhos de até quatro anos. Por certo, essa significativa parcela de estudantes necessita de atenção para suas demandas específicas para que possam realizar os estudos acadêmicos da melhor maneira possível.

1.1 PERCURSO ACADÊMICO E PROFISSIONAL

A trajetória da pesquisadora como servidora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) teve início em 2014, na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), ligada ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico, setor que trata de diversas questões associadas diretamente à vida acadêmica dos estudantes da graduação. Desde a época de sua graduação em Direito, também pela Ufes, cursada de 2010 a 2015, a pesquisadora tem apreço pelo previsto na Constituição Federal de 1988, em cujo artigo 205 está assentado que a educação se trata de um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

A partir disso, a pesquisadora entende que a análise da retenção universitária de alunas-mães poderá contribuir positivamente para as estudantes e para a sociedade no geral alcance do cumprimento do que prevê a legislação brasileira. A intenção de pesquisar essa temática surgiu, principalmente, pelo fato de a pesquisadora ser mãe e ter ciência de tantos desafios que essa função traz para a vida das mulheres. Antes mesmo de se tornar aluna deste programa de pós-graduação, já lidava com a maternidade associada à vida profissional, uma relação permeada por muitas complexidades.

Para a pesquisadora, existe sobrecarga gerada pelo exercício de muitas funções concomitantes na vida das mulheres. Por isso, algumas dessas funções são realizadas de maneira deficitária, tendo em vista que não há a possibilidade de dedicação plena a tantos afazeres que recaem sobre o público feminino. Logo, se os estudos devem ser conciliados com a maternidade, é muito provável que esta será prioridade, ficando a graduação em segundo plano. O acúmulo de várias tarefas durante o ensino superior, desse modo, pode levar ao atraso na conclusão do curso.

A pesquisadora é mãe-solo e, durante o curso de mestrado, em função do isolamento social por causa da pandemia de Covid-19, “conciliou” os cuidados com o filho de 4 anos com diversas outras atividades: cuidado com a casa, ensino remoto e a execução desta pesquisa, sem contar com o auxílio da escola ou de outras pessoas que antes faziam parte dos cuidados com a criança. A pesquisadora acredita que este cenário seja comum para muitas das mães que buscam graduar-se na Ufes.

Ao vivenciar diariamente o desafiador binômio maternidade-estudo, a pesquisadora reitera que se trata de um tema que recebe pouco destaque, havendo uma lacuna ainda a ser estudada, principalmente no que se refere à retenção estudantil de mães. Logo, a intenção é que, com esta pesquisa, haja contribuição científica para o entendimento de um fenômeno pouco abordado e que os resultados possam gerar benefícios para a comunidade acadêmica, em especial as alunas-mães, para que possam desfrutar de uma jornada mais tranquila e justa na universidade.

1.2 O TEMA

No contexto universitário, observa-se o fenômeno da retenção, que, neste estudo, será abordada no sentido negativo (MELO; SALDANHA, 2020; CORRÊA; NORONHA, 2004; VASCONCELOS; SILVA, 2011), relacionando-se ao tempo dilatado que o discente leva para a conclusão da graduação, ou seja, fora dos padrões estabelecidos para o curso em seu projeto político-pedagógico.

Os desafios do ensino superior são significativos, não somente no que se refere ao acesso, mas também à permanência na universidade (SCHIRMER; TAUCHEN, 2019). Supõe-se que exista uma multiplicidade de fatores que podem levar à retenção (VASCONCELOS; SILVA, 2011; LUZ; MENDES; SOARES, 2019), com impactos em múltiplas esferas (SALIBA *et al.*, 2006; SCHIRMER; TAUCHEN, 2019).

Ser mãe durante a graduação é um acontecimento que acrescenta dificuldade para a vida das universitárias, tendo em vista que a maternidade se constitui como uma árdua função, o que é ainda mais dificultado pelo fato de, culturalmente, a criação de crianças ser uma atividade relacionada quase que exclusivamente às mães, que acabam por acumular inúmeras funções, como estudantes, profissionais, donas de casa, dentre outras (AQUINO, 2018).

O fato de o ônus de criar uma criança recair quase que exclusivamente sobre a figura materna traz impactos negativos para a vida das mulheres. Esse aspecto cultural de se atrelar a criação de filhos, em geral, apenas à mãe ocasiona um peso na maternidade e se reflete em inúmeras dificuldades, as quais não se limitam à sua trajetória acadêmica, mas se estendem por toda a jornada profissional das mulheres (LIVINGSTON, 2015; SOARES *et al.*, 2017).

Entende-se, a partir disso, que a universidade deve atuar para que seus alunos possam desfrutar de uma boa experiência formativa, especialmente na graduação, o que requer que a instituição esteja atenta às diversidades do público por ela atendido, a fim de minimizar desafios que, por vezes, possam influenciar na condução dos seus estudos.

1.3 O CONTEXTO E O PROBLEMA

A necessidade cada vez maior de qualificação para a entrada no mercado de trabalho conduz as pessoas para os ambientes universitários. No entanto, nem todos os estudantes conseguem percorrer sua trajetória no ensino superior gozando de condições adequadas para a dedicação aos estudos. Isso pode levar ao atraso da conclusão do curso ou, em casos mais graves, à evasão escolar, caracterizada pela saída antecipada da universidade, antes do término da graduação (VASCONCELOS; SILVA, 2011; LUZ; MENDES; SOARES, 2019). Os estudantes também estão sujeitos à retenção estudantil, que, segundo Vasconcelos e Vieira (2011), é gerada por fatores inerentes à vida dos alunos, como problemas financeiros, questões de moradia, dificuldades cognitivas e dificuldades de conciliação do trabalho com os estudos.

No que diz respeito ao público feminino, Corrêa e Noronha (2004) destacaram que a gravidez é um dos motivos para o trancamento de disciplinas e reprovação, de modo que a maternidade pode estar no rol dos fatores que levam a aluna-mãe à retenção. Nota-se que a participação majoritária da mulher nos espaços de produção social, dentre os quais estão as universidades, não significou sua liberação das tarefas domésticas (VIEIRA; AMARAL, 2013). Além disso, o cuidado com os filhos é uma atividade que demanda dedicação intensa e reduz o tempo de atenção aos estudos (CORRÊA; NORONHA, 2004).

Isso decorre do fato de que o Brasil é marcado por uma acentuada desigualdade de gênero e a mulher ainda é sobrecarregada, tendo que dividir seu tempo com jornada de trabalho, afazeres domésticos e estudos (VIEIRA; AMARAL, 2013). Assim, mães-universitárias precisam conciliar funções diversas, sem, muitas vezes, contar com o apoio das instituições de ensino (SOARES *et al.*, 2017; SILVA *et al.*, 2020). Apesar de sua relevância, percebe-se, todavia, que esse tema não tem sido abordado na literatura acadêmica com a atenção que exige, dada a escassez de pesquisas sobre o assunto.

Urpia e Sampaio (2011) indicam que as mulheres que se tornam mães durante a graduação enfrentam incontáveis dificuldades para obter sucesso nos estudos e concluí-los, dificuldades muitas vezes relacionadas à conciliação da maternidade

com a vida acadêmica e ao preconceito de gênero. As autoras observam que ainda há uma tradição androcêntrica, a qual adiciona inúmeras barreiras ao desenvolvimento da mulher. Tais barreiras, no entanto, não fazem parte da vida dos homens, que têm mais possibilidades de ascensão, se comparados às mulheres.

Oliveira (2016) menciona uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior em 2011, na qual as mulheres apareceram como 57,5% do corpo discente dessas instituições. Segundo a mesma pesquisa, 68% dos trancamentos de matrícula estavam intimamente ligados ao período de licença-maternidade.

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que trata sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, indica, em seu artigo 1º, que tal programa possui como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2010). Em consonância com esse fim, possui como um de seus objetivos a redução de taxas de retenção e evasão neste âmbito educacional.

Para corresponder a esse intuito, a Ufes aprovou em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, como prioridade, a diminuição das taxas de evasão e de retenção escolar. Entretanto, apesar da existência de estudos a respeito do tema retenção na universidade, ainda se observa uma lacuna no que se refere ao estudo da permanência prolongada de alunas-mães, público participante desta pesquisa.

Existem relevantes pesquisas na Ufes relativas ao tema da retenção universitária na graduação nos cursos presenciais (PEREIRA, 2013), restrita aos cursos do Centro de Ciências Agrárias e Engenharias, do *Campus* de Alegre (TERRA, 2015), e nos do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (Ceunes) (BARCELOS JÚNIOR, 2015). Nogueira (2019), por sua vez, investigou a interferência do trabalho sobre o desempenho acadêmico estudantil e sobre os níveis de retenção e de evasão dos estudantes.

Destaca-se, também, a pesquisa de Moraes (2015), cujo tema foi a retenção discente no Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN). Com foco nos

cursos de Letras-Português e Geografia, tal estudo apontou a maternidade como aspecto capaz de impulsionar a retenção universitária. Supõe-se, a partir disso, que haja interferência de questões associadas à maternidade no que tange ao atraso das mulheres nos estudos. Com tal posicionamento, questiona-se: quais ferramentas são adotadas em uma universidade pública para a melhoria do desempenho acadêmico das estudantes-mães nos cursos de graduação presencial, a fim de evitar a retenção estudantil desse público?

O Estatuto da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) prevê, em seu artigo 4º, inciso II, que a instituição tem como uma de suas finalidades a formação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, que estejam aptos para a inserção nos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Contudo, entendida aqui como decorrência da permanência do estudante na instituição de ensino por um tempo superior ao planejado para o curso – o projeto pedagógico define, dentre outros aspectos, a duração máxima de cada curso –, a retenção faz com que o aluno demore mais para exercer a profissão para a qual se prepara. Além das consequências de ordem pessoal, isso gera mais gastos para a universidade. Tal investimento é custeado pela sociedade, a qual não terá o retorno do profissional em formação no tempo previsto no projeto pedagógico (SALIBA *et al.*, 2006; VASCONCELOS; SILVA, 2011).

A Ufes adota o previsto na Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, no que se refere ao afastamento de alunas gestantes. Segundo a referida lei, a estudante poderá afastar-se das atividades presenciais da instituição, podendo realizá-las de forma remota, a partir do oitavo mês de gestação e pelo período de três meses, contados a partir da data informada no laudo médico apresentado no pedido de afastamento. Uma vez que o afastamento por amparo legal tem foco apenas no período final da gestação e abarca um curto prazo logo após o nascimento da criança, ao adotar a regra prevista na legislação, a Ufes cumpre com o previsto, sem, no entanto, oferecer um apoio realmente voltado para a permanência das alunas-mães no decorrer da graduação.

Além do afastamento por amparo legal, a Ufes possui creche universitária, contudo, a oferta de vagas é reduzida e, ainda assim, estas são disputadas por filhos de alunos da graduação e da pós-graduação, de professores, de técnicos administrativos e da comunidade externa. Desse modo, não é suficiente para atender à comunidade de mães estudantes de maneira satisfatória.

Registra-se, ainda, que, atualmente, não há auxílio financeiro para custear a educação infantil para filhos de alunos da Ufes. Ademais, não há, na universidade, parâmetros para tratamento diferenciado das alunas que sejam mães, ainda que certamente estas precisem de condições especiais para a condução da graduação. Também não há uma variedade de pesquisas que efetivamente relacionem a maternidade e a retenção universitária.

Ao final desta pesquisa espera-se obter informações suficientes para formular uma indicação de propostas que melhorem a taxa de sucesso das estudantes da Ufes, por meio de melhores condições de conciliação entre maternidade e estudo.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Geral

- Buscar formas e instrumentos que possam ser adotados pela Ufes para dar mais apoio às mães estudantes, no sentido de reduzir a retenção acadêmica desse público.

1.4.2 Específicos

- Examinar os índices de retenção por gênero na Ufes;
- analisar medidas implementadas nas universidades federais brasileiras para auxiliar na vida acadêmica das alunas-mães;
- registrar dificuldades enfrentadas na maternidade por alunas-mães do CCHN;
- mapear medidas que possam ser implementadas na Ufes para auxiliar alunas-mães na condução de sua vida acadêmica.

1.5 DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O presente estudo considera que a maternidade pode ser um fator que gera influência negativa na condução dos estudos universitários de alunas que são mães. Leva em consideração que coordenar a função de mãe com a de estudante é algo complexo, pois, culturalmente, o cuidado com os filhos ainda recai majoritariamente sobre as mulheres, que costumam assumir outras diversas funções, sendo que todas precisam de dedicação (AQUINO, 2018; LUCHINI-RAIES *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2020). Caso as mulheres não possam contar com suporte para realizá-las, certamente, alguma ou algumas delas não serão bem executadas, o que representa risco para a conclusão da formação universitária, mantendo a estrutura desigual entre homens e mulheres (RIBEIRO, 2016; BITENCOURT, 2019; SILVA *et al.*, 2020).

No universo de cursos presenciais da Ufes, os quais são distribuídos por 11 centros de ensino, optou-se por estudar os que fazem parte do CCHN. Para delimitar o estudo a este centro de ensino, partiu-se do apontado pela pesquisa de Pereira (2013), segundo a qual, em 2012, 65,4% do total de alunos matriculados nos cursos do referido centro estavam retidos.

A importância desta pesquisa reside no seu potencial de apresentar a correlação entre as dificuldades enfrentadas pelas mães-estudantes e as taxas de retenção universitária das mulheres na Ufes. A pesquisa aponta aspectos capazes de possibilitar melhores condições de estudo para essa parcela dos discentes da universidade, a fim de lhe garantir a conclusão do curso superior.

Este estudo se justifica, ainda, por seu alinhamento com os objetivos estratégicos da Ufes, visto que tem o intuito de buscar formas e instrumentos que possam ser adotados pela Ufes para dar mais apoio às mães estudantes, no sentido de reduzir a retenção acadêmica desse público.

Destaca-se o fato de que cada estudante possui um custo para a universidade, previsto para o tempo máximo de integralização curricular. Assim, caso o aluno ultrapasse o período determinado, esse custo se eleva, de maneira que quanto menos tempo o estudante levar para concluir a graduação, menor será o investimento financeiro despendido. Além disso, com a conclusão do ensino

superior, a sociedade poderá obter o retorno do que foi investido na formação desse profissional, que terá condições para atuar em sua respectiva área e, assim, colaborar efetivamente com o desenvolvimento do país.

Acrescenta-se, ainda, que a intenção de pesquisar esse tema decorre do fato de a pesquisadora ser também mãe e aluna da Ufes, o que possibilita maior empatia em relação aos desafios enfrentados pelas universitárias com filhos.

1.6 PRODUTO TÉCNICO OBTIDO

Este estudo resultou em um Produto Técnico-Tecnológico (PTT), o qual consiste em um anteprojeto para a adoção de política de apoio para alunas-mães da Ufes, no formato de Relatório Técnico Conclusivo *Per Se*. Acredita-se que esse PTT tenha o potencial de contribuir para a melhor condução dos estudos acadêmicos das alunas que têm filhos. Isso porque busca promover uma universidade mais acolhedora para as mães e para as crianças, identificando as dificuldades enfrentadas pelas alunas-mães e apresentando soluções para possibilitar sua permanência na universidade, a fim de que possam ter condições de sucesso nos estudos, de modo a concluí-los no tempo previsto no projeto pedagógico dos cursos.

É importante ressaltar, ainda, o que está firmado no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 da Ufes, segundo o qual:

A formação dos discentes é o principal objetivo das ações da Ufes. O discente deve aproveitar ao máximo a permanência na Universidade para o desenvolvimento pessoal, da sociedade e da Instituição, cabendo a esta proporcionar as melhores condições para tal (UFES, 2015, p. 37).

O presente estudo está em consonância com a Linha de Pesquisa 1 do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública da Ufes, denominada “Política, planejamento e governança pública”. O objetivo dessa linha de pesquisa é a formação de gestores públicos comprometidos com o desenvolvimento social do Brasil. A temática escolhida, por sua vez, associa-se ao Projeto Estruturante 1, que engloba políticas públicas e planejamento.

2 APORTE TEÓRICO

O presente estudo buscou formas e instrumentos que possam ser adotados pela Ufes para dar mais apoio às mães estudantes, no sentido de reduzir a retenção acadêmica. Ao abordar as condições das alunas-mães na universidade, é imprescindível discutir os papéis de gênero. Assim, o primeiro tópico deste capítulo destaca a sobrecarga suportada pelas mulheres ao adentrarem o mercado de trabalho e conciliarem maternidade e estudos sem que haja divisão igualitária dos trabalhos domésticos, questões típicas de sociedades patriarcais, como a brasileira.

Partindo-se do princípio de que os 18 anos costumam ser a idade em que os estudantes, se não sofrerem atraso, concluem o ensino médio e podem, então, ingressar no ensino superior, é possível que as universitárias-mães, na atualidade, tenham assumido esse papel já na adolescência. Em função disso, o segundo tópico traz estudos sobre maternidade e vida universitária, incluindo os que analisam a gravidez na adolescência e seus impactos na vida da mulher. Além disso, são destacados estudos realizados com universitárias e as experiências de conciliação da vida acadêmica com a maternidade.

O terceiro tópico aborda estudos especificamente sobre retenção universitária realizados em universidades públicas federais, observando que o sentido do termo “retenção” varia conforme a natureza da instituição, pública ou privada, sendo que nestas ele pode ser usado positivamente, por estar associado à permanência do aluno na instituição, como um consumidor de seus serviços.

Por fim, o quarto e último tópico apresenta um conjunto de estudos dedicados a entender a experiência da universitária-mãe, sendo, portanto, trabalhos correlatos à presente pesquisa.

2.1 GÊNERO

A categoria “gênero” foi abordada por teorias feministas contemporâneas sob a perspectiva de compreender e responder à situação de desigualdade entre os sexos, seus mecanismos de operação na realidade e de interferência no conjunto das relações sociais (JESÚS, 2014). O uso do termo “gênero” teve início nos anos

1980, em manifestações feministas, para explicar a desigualdade entre homens e mulheres, concretizada pela discriminação e opressão feminina. À época, as investigações sobre a condição social das mulheres já indicavam forte desigualdade entre homens e mulheres, que variava conforme a classe social, raça, etnia e outras condições de vida (SANTOS; IZUMINO, 2005). Não é possível, contudo, afirmar que o uso do termo “gênero” possui uma definição única, a qual se forma ao longo da história, sendo influenciada por fatores culturais, sociais e políticos.

Na análise das obras de Margaret Mead, Santos, Bezerra e Feldens (2016) destacaram o entendimento da antropóloga acerca das expressões de gênero nos seres humanos: socialmente, as pessoas são influenciadas, desde a infância, a adotar papéis predefinidos socialmente para homens e mulheres. Assim, a afirmação de Mead é que a cultura é preponderante em relação à biologia na formação desse aspecto dos indivíduos, de modo que as construções de gênero não são processo rígido, mas flexível, que se delinea a partir de fatores histórico-culturais. Além disso, ao explanar o entendimento de Mead sobre o tema, Lima, Gonçalves e Duque (2019) indicam que, uma vez que a concepção do termo gênero depende de aspectos culturais e sociais, não é, portanto, algo inerente aos sexos biológicos.

Em consonância com o apresentado, Mano (2020) traz à tona o posicionamento de Simone de Beauvoir e ressalta sua frase emblemática: “não se nasce mulher, mas torna-se uma”. Assim, também a filósofa francesa preconizava que tanto homens quanto mulheres são moldados por circunstâncias sociais, de modo que não há que se falar em um determinismo biológico por conta do sexo, do corpo físico. A noção de gênero é mais ampla e está ligada a noções sociais, influenciadas por fatores históricos e sociológicos, desenvolvidas sobre o masculino e o feminino (OLIVEIRA, 2013).

Beauvoir (apud OLIVEIRA, 2013) assevera que homens e mulheres são tratados de maneira desigual e que estas são excluídas das esferas públicas e de poder, havendo nas sociedades oposições que destinam capacidades e competências para cada um dos sexos. Nessa lógica, haveria funções ou atividades que seriam, supostamente, mais adequadas para homens e mulheres. No entanto, advogava a

filósofa e outras autoras feministas, ainda que existam diferenças entre ambos, elas não devem ser utilizadas para embasar a exclusão, segregação ou superioridade de algum deles nas relações sociais.

De acordo com Sousa e Guedes (2016), o homem sempre teve como seu espaço o público, enquanto a mulher foi confinada ao espaço privado, quais sejam, os limites da família e do lar, ensejando assim a formação de dois mundos: um de dominação, produtor (mundo externo), e o outro, o mundo de submissão e reprodutor (interno). Dessa forma, ambos os universos – público e privado – criam polos de dominação e submissão. Por meio da relação a essas diferenças é que foram associados papéis ditos como ideais para cada gênero – o homem, como provedor da família; a mulher, como “cuidadora” do lar.

Nessa ótica, a noção que permeia a sociedade é que cada um “deveria” assumir preferencialmente trabalhos que se alinhassem com os papéis sociais convencionados para o seu gênero. Por exemplo, às mulheres são associados, muitas vezes, os empregos de secretariado, babás, enfermeiras ou outros relativos aos cuidados nas áreas de saúde e educação. Por outro lado, aos homens, costumeiramente, são designadas as ocupações no campo das engenharias, no âmbito militar ou que envolvem esforço físico.

É necessário que se examine o trabalho feminino associado aos impactos que este gera no ambiente familiar. Existe dissociação do trabalho masculino em relação ao ambiente doméstico, indicando que o homem trabalhador atua primordialmente no universo público, isto é, está alheio ao serviço de casa e à criação dos filhos. Para as mulheres, no entanto, mesmo para as que exercem atividades profissionais fora de casa, são destinadas, integralmente, as funções de administração do ambiente familiar, tanto no que se refere às atividades de manutenção do lar quanto à criação dos filhos, o que demonstra clara distinção entre os papéis masculinos e femininos (HOCH, 2018).

O trabalho externo é tão (ou mais) importante para as mulheres quanto a maternidade e os cuidados com o lar, inclusive pela independência que ele pode trazer, pois gera renda. Quando funções domésticas e familiares são entendidas como tipicamente femininas, isso limita a atuação profissional das mulheres, reduz

significativamente a possibilidade de realização pessoal destas (VIEIRA; AMARAL, 2013) e é a demonstração explícita do machismo nas relações sociais.

Um dos entraves que têm sido discutidos atualmente para as mulheres é a sobrecarga mental ocasionada pela dupla ou tripla jornada que exercem, acumulando funções fora e dentro de casa (QUEIROZ; ARAGÓN, 2015). A junção trabalho externo e a dedicação em coordenar e realizar tarefas domésticas e cuidados com a família cria um fardo para elas, causando esgotamento físico e emocional. Da mesma maneira, a conciliação de estudos com a rotina de uma casa gera sobrecarga para as mulheres, principalmente quando elas têm filhos.

O fato de o ônus de criar uma criança recair majoritariamente sobre as mães, como ocorre na sociedade patriarcal, produz uma interferência negativa no futuro profissional das mulheres (ESTEVANS, 2019). Trata-se de um aspecto cultural, normalizado pela sociedade (VIEIRA; AMARAL, 2013) e que ocasiona um peso na maternidade, refletindo-se em inúmeras dificuldades, as quais não se limitam ao acesso a um emprego, mas se estendem durante toda a trajetória profissional das mulheres, reduzindo suas oportunidades.

A pandemia de Covid-19 intensificou essas disparidades. Macedo (2020) teceu relato pessoal sobre o que é ser mulher, profissional e mãe durante o período de isolamento social, destacando que as demandas profissionais passaram a ser virtuais, no entanto a carga de trabalho não foi reduzida. Pelo contrário, as atividades de casa e a maternidade, culturalmente entendidas como trabalho exclusivamente feminino, passaram a ocupar ainda mais espaço na vida das mulheres. A sobrecarga mencionada anteriormente associada à situação de confinamento elevou o estresse e pode acarretar danos à saúde mental. De certo que este contexto traz prejuízos significativos para a vida de mulheres que precisam de se dedicar a diversas tarefas (mães, profissionais, esposas, donas de casa etc.).

O prejuízo na produtividade acadêmica foi comprovado por um levantamento realizado pelo *Parent in Science*, em 2020, o qual buscava mensurar o dano da pandemia no desempenho dos pesquisadores. Os resultados indicaram diferenças consideráveis na produção de artigos entre homens e mulheres. Participaram da

pesquisa 2.000 acadêmicos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, dos quais 70% eram mulheres. Os participantes foram questionados quanto ao impacto do isolamento social na conclusão de um artigo científico quase pronto ou em vias de publicação. Na parcela dos participantes que tinham filhos, 52% das mulheres não concluíram seus artigos, contra 38% dos homens (GARCIA, 2020).

Em 2021, a Plataforma Lattes incluiu em seu cadastro de cientistas um campo que permite registrar períodos de licença-maternidade. Essa era uma demanda da comunidade científica e contribuirá para acompanhar índices de produtividade. Conforme Boehm (2021), a chegada dos filhos gera impacto principalmente na produção das pesquisadoras. Logo, se a publicação científica é essencial para a progressão profissional no campo acadêmico, não é justo que se compare a produtividade de um pesquisador que seguiu sua carreira sem pausas com a de uma pesquisadora que esteve afastada do meio científico por um período por ter tido filhos.

Considerando que a maternidade acarreta impactos na produção acadêmica e que durante a pandemia as mães trabalhadoras têm passado períodos mais extensos com seus filhos, em um contexto em que afazeres domésticos e cuidados com crianças recaem principalmente sobre as mulheres, é notório o efeito negativo na produção científica feminina durante a pandemia.

2.2 RETENÇÃO ESTUDANTIL EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

Inicialmente, antes de discorrer a respeito dos estudos sobre retenção universitária, é importante notar que o sentido do termo “retenção” é diversificado, conforme a natureza da instituição tratada, pública ou privada. Assim, analisando a literatura, Tontini e Walter (2013) notaram que a percepção a respeito dos constructos retenção e lealdade em instituições de ensino superior privadas mostrou que, nestas, a retenção aparece como o “desejo de permanecer na IES durante um período de tempo ou até a formatura”. Retenção, neste contexto, aproxima-se, portanto, de uma visão que entende o estudante como cliente que precisa continuar consumindo o serviço prestado, em um viés explicitamente mercadológico. Percebe-se, neste caso, que o termo é entendido positivamente, denotando a permanência do aluno na instituição de ensino, sem que se faça

referência a algum atraso na conclusão dos estudos. A mesma abordagem aparece no estudo de Pineda-Báez, Pedraza-Ortiz e Moreno (2011).

Em outra direção, com a qual este trabalho se alinha, Melo e Saldanha (2020) compreendem que a retenção se relaciona a uma permanência prolongada do aluno na graduação, resultante de reprovações e que pode levar ao abandono do curso, culminando, assim, na evasão. A ideia de permanência prolongada também é adotada na definição de Corrêa e Noronha (2004) e, ainda, Vasconcelos e Silva (2011), que a caracterizam como a situação em que o aluno, após o período máximo de integralização curricular, ainda manter-se matriculado no curso.

Essa segunda definição, portanto, é a adotada nesta pesquisa, que, a exemplo de Melo e Saldanha (2020), assume a retenção como uma etapa prévia à evasão e entende que os impactos que ela gera são também prejudiciais, pois a permanência prolongada do estudante demanda ainda mais investimento público, com um retorno tardio – isso se a formação do estudante vier a ser concluída, haja vista que, em casos mais sérios, o destino do aluno acaba por ser o abandono do curso.

Ao estudar alunos de primeiro ano de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Ceará campus de Quixadá, esses autores concluíram que, caso não seja dada a devida atenção à retenção e não sejam adotadas estratégias para minimizá-la, há uma tendência de que a evasão escolar se acentue, sendo necessário averiguar os fatores que levam a ela, para que se trace um plano de gestão centrado nas necessidades dos alunos a fim de que se alcance o sucesso acadêmico (MELO; SALDANHA, 2020).

Vasconcelos e Silva (2011) consideram que a retenção é gerada por diversos fatores que o estudante enfrenta, tais como problemas financeiros, questões de moradia, dificuldades cognitivas e conciliação do trabalho com os estudos. Merece destaque o fato de 67% dos entrevistados na pesquisa das autoras terem filhos, mas, curiosamente, a maternidade não ter sido incluída no rol de fatores geradores de retenção. Ainda assim, nesta pesquisa, com base em estudos que serão apresentados adiante, supõe-se que ela exerça influência no atraso

estudantil, por ser uma atividade que demanda dedicação intensa e que reduz o tempo hábil de atenção aos estudos.

Em estudo de caso, Luz, Mendes e Soares (2019) analisaram aspectos relativos à retenção em um curso de licenciatura de uma universidade pública, destacando que o fenômeno da retenção gera consequências em esferas sociais, acadêmicas e econômicas, além de intensificar problemas pessoais para os discentes, causando desgaste emocional. Nesse contexto, o maior peso da retenção é sustentado pelo estudante, que, muitas vezes sem apoio, enfrenta dificuldades para prosseguir em sua formação acadêmica. Logo, é essencial que as universidades tenham conhecimento das principais dificuldades de seus alunos e consigam realizar acompanhamentos mais específicos e próximos, motivando-os a permanência e conclusão da graduação.

Vasconcelos e Silva (2011) realizaram estudo a respeito dos fatores que ocasionaram a retenção dos alunos de Ciências Contábeis em uma instituição federal de ensino superior, destacando que a retenção acarreta ônus social, pois impede que o recurso destinado ao aluno em atraso na graduação seja investido em outra forma de inclusão social no ensino superior. Indicam, ainda, que a permanência prolongada de um aluno na instituição superior deve ser controlada por seus gestores, a fim de reduzir os fatores de impacto negativo para a sociedade, como aumento do gasto público, carência de mão de obra especializada, perda de competitividade nacional etc.

Estudando a evasão escolar na Faculdade de Odontologia de Araçatuba, da Universidade Estadual Paulista, Saliba *et al.* (2006) apontaram que os prejuízos desse fenômeno são ainda mais intensos quando ocorrem em escolas públicas, pois a verba para o custeio da educação nessas instituições advém de bens coletivos, os quais são mantidos diretamente pela sociedade por meio da captação de impostos. Os autores concluem que o fracasso estudantil em uma universidade pública representa perda profissional, econômica e, também, social.

Há, entretanto, dificuldades para se conter o fenômeno, visto que, a partir de revisão de pesquisas sobre a evasão na educação superior realizadas no país de 2010 a 2017, Schirmer e Tauchen (2019) suscitam que as políticas educacionais

do período estiveram voltadas para resgate da cidadania, da plenitude dos direitos sociais, da inclusão social, sem, no entanto, demonstrar capacidade de garantir a permanência e a conclusão do curso pelo estudante. Isso porque, para as autoras, houve ampliação nas possibilidades de acesso ao ensino superior, sem que houvesse acompanhamento de qualidade da permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino. Tal deficiência pode ser representada por altos índices de retenção acadêmica e evasão dos estudantes, sendo necessário que se criem mecanismos de acompanhamento da formação do estudante universitário, a fim de que permaneçam e tenham sucesso na formação superior. O sucesso do estudante, afinal, representa, também, benefícios de ordem social, econômica e política. Se ele se desenvolve adequadamente durante o curso, tem uma trajetória de estudos satisfatória e conclui seus estudos, pode devolver à sociedade os investimentos recebidos em sua formação, tornando-se um profissional com boa qualificação, além de estar mais bem preparado para o exercício da cidadania.

Uma política que poderia ser usada para minimizar a retenção foi identificada na análise de dados do Censo da Educação Superior de 2009 a 2012, empreendida por Saccaro, França e Jacinto (2016), apontando perspectivas positivas no sucesso acadêmico de estudantes contemplados com o benefício financeiro do Plano Nacional de Assistência Estudantil, com taxas de evasão menores que as de outros alunos, logo, com mais chances de conclusão do ensino superior. Nos resultados do estudo, foi possível notar que as mulheres representam a maioria dos estudantes na graduação e que possuem maiores chances de receber o benefício em análise. Assim, torna-se relevante estudar vivências típicas do público feminino na universidade, em especial das alunas-mães, analisando as peculiaridades na sua trajetória estudantil de forma associada com a retenção.

Corrêa e Noronha (2004) concluíram que a permanência prolongada no curso de Administração da Universidade de São Paulo, especificamente de alunos que se formaram até 2002, foi motivada por abandono de disciplinas, trancamento do curso e de disciplina e reprovação. Nessas duas últimas causas, a resposta “gravidez” foi apontada como fator gerador. Isso reforça a ideia de que a maternidade pode gerar desafios para as alunas, que, conseqüentemente, podem ter dificuldades em realizar a graduação no tempo ideal.

Santos, Nascimento e Rios (2000) afirmam que o fracasso escolar associado à evasão e à retenção é complexo e multifacetado, necessitando da contribuição social de todos os envolvidos – sociedade, universidade, alunos – para que soluções adequadas sejam identificadas. O posicionamento adotado nesta pesquisa coaduna-se com o destes autores.

Ademais, como asseveram Campello e Lins (2008), em estudo que visou a apresentar metodologia para a elaboração de estratégias para a solução da evasão e retenção de discentes na graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, a mera constatação dos índices com que esses fenômenos ocorrem nas universidades não é suficiente para elaborar propostas de intervenção. Esses índices seriam apenas dados, que, por si sós, são incapazes de melhorar a vida estudantil, sendo preciso que se criem políticas públicas que possibilitem o sucesso dos estudantes. Ainda assim, os pesquisadores sublinham que o estudo sobre evasão e retenção é necessário, para que gestores possam se posicionar e adotar medidas adequadas para a questão. Tal posicionamento endossa a importância de as universidades avaliarem a realidade da retenção e da evasão em seu próprio contexto, para que se saibam as suas causas e, assim, possam aplicar ações para a sua resolução.

O Quadro 1 sintetiza os estudos sobre retenção universitária apresentados.

Quadro 1 – Síntese dos estudos sobre retenção universitária

Autor e ano	Foco do estudo
Tontini Walter (2013); Pineda-Báez, Pedraza-Ortiz e Moreno (2011)	Visão positiva sobre o termo retenção universitária, entendendo-o no sentido mercadológico.
Melo e Saldanha (2020)	Retenção entendida como permanência prolongada do aluno na graduação, etapa prévia ou indicação de evasão estudantil.
Corrêa e Noronha (2004); Vasconcelos e Silva (2011)	Aluno mantém-se matriculado no curso após o período máximo de integralização curricular.
Luz, Mendes e Soares (2019)	Retenção gera efeitos sociais, acadêmicos e econômicos, intensifica problemas pessoais e causa desgaste emocional.
Saliba <i>et al.</i> (2006)	Fracasso estudantil em universidade pública representa perda dos pontos de vista profissional, econômico e social.
Schirmer e Tauchen (2019)	Ampliação do acesso ao ensino superior sem o devido acompanhamento da permanência dos estudantes, gerando altos índices de retenção e evasão.
Santos, Nascimento e Rios (2000)	Fracasso escolar associado à evasão e retenção é complexo e necessita de ação conjunta da sociedade, universidade e dos alunos.
Campello e Lins (2008)	Necessidade de políticas públicas que possibilitem o sucesso dos estudantes.

Fonte: elaboração própria a partir dos autores citados no quadro.

2.3 MATERNIDADE E VIDA ACADÊMICA

A literatura aqui analisada permite observar que, sobretudo, tornar-se pai ou mãe na adolescência é alvo de estereótipos, os quais se diversificam conforme a cultura local. Nos Estados Unidos, Weed e Nicholson (2014), analisaram as impressões sociais a respeito de pessoas que se tornaram mães e pais na adolescência, da qual participaram 255 universitários, homens e mulheres. Os autores constataram que a estereotipação negativa tende a ser muito prejudicial aos adolescentes, podendo haver, inclusive, impacto no interesse em permanecer na escola e finalizar os estudos, sendo necessário, portanto, reduzir essa estigmatização para o alcance de melhores resultados educacionais desse público.

Conforme os autores, a gravidez precoce das meninas norte-americanas é mais bem aceita que a paternidade na adolescência. Na pesquisa, os pais adolescentes foram mais mal avaliados que as mães adolescentes, pois se espera que homens se tornem pais mais velhos que as mulheres. Esses resultados podem ser um indício de que a sociedade norte-americana não espera que homens tão novos se responsabilizem por um filho, no entanto, isso é normalizado para as mulheres, delegando a elas os cuidados familiares, isentando, de certa forma, os homens de seu papel como pai (WEED; NICHOLSON, 2014).

Ainda que o estudo tenha sido feito nos Estados Unidos, a sociedade brasileira se posiciona de maneira semelhante, ao ponto de meninas adolescentes serem intensamente criticadas quando engravidam, devendo assumir precocemente a função materna, enquanto aos meninos toda forma de escusa é aceita, e o fato de tornarem-se pais ainda muito novos é encarado como imaturidade e com pesar, mas sem o ônus da responsabilidade.

A fim de avaliar a experiência de adolescentes quanto às mudanças que estas enfrentaram no seu bem-estar e no contexto sociocultural após se tornarem mães, Neil-Weston e Morgan (2017) conduziram pesquisa com dez mães solo que recebiam benefício governamental e que frequentavam escola especial para pais adolescentes na Nova Zelândia. As participantes apontaram que, mesmo com os desafios trazidos pela maternidade, concluir os estudos era uma prioridade, tendo

em vista que isto traria melhores oportunidades de empregos e garantiria um futuro melhor para elas e seus filhos, ainda que existisse, por parte do governo, uma pressão para que elas assumissem empregos e deixassem de receber a ajuda de custo.

Em comparação, tem-se que o cenário é bem mais grave para as brasileiras, pois o governo não lhes fornece benefício financeiro e não há escolas com atendimento especializado para as mães, de modo que o desafio é muito maior. A ausência do benefício governamental faz com que as mães jovens tenham que entrar no mercado de trabalho mais cedo, o que torna a continuidade dos estudos ainda mais complexa. A maternidade é desafiadora, em especial para as que são mães-solo, pois implica conciliar questões financeiras, cuidados com filhos e outras atividades cotidianas, como os estudos, exigindo grande esforço. Ter metas de um bom futuro profissional também é um direito das mães e deve haver meios que as possibilitem alcançar o sucesso, sem que seja necessário escolher entre a dedicação aos filhos ou aos estudos.

Em pesquisa realizada no *Pew Research Center* (EUA), Livingston (2015) apontou que o nível de instrução feminino e a maternidade estão conectados, constatando que o fato de ter filhos interfere na carreira profissional de mulheres. A autora indica que mulheres que foram mães mais jovens alcançam níveis menores de instrução, se comparadas a outras que não possuem filhos ou que os tiveram em idade mais avançada. A conciliação das obrigações familiares com a vida profissional ou com os estudos é complexa, no entanto a maternidade não deve ser um empecilho para que as mulheres possam avançar em suas carreiras. Assim, é imperioso que elas possuam o apoio necessário para que sua trajetória acadêmica não seja interrompida.

Ainda nos EUA, pesquisa de Erk (2013), realizada com sete universitárias-mães, confirma que somente o fato de haver maior possibilidade de acesso ao ensino superior não é garantia de sucesso. No sistema educacional do estado de Indiana, conforme a autora, existe a possibilidade de financiamento estudantil para cursar a graduação, no entanto é estabelecido um tempo máximo para finalização do curso para que elas possam receber o benefício financeiro. A pesquisa indica que as mães estudantes que possuem baixo nível socioeconômico são prejudicadas pelo

prazo estabelecido, pois muitas vezes não conseguem concluir o curso no tempo ideal. Os cuidados com uma criança demandam grande dedicação e podem reduzir consideravelmente o tempo disponível que uma mãe terá para os estudos. O fato de ter filhos pode gerar uma permanência prolongada das alunas de cursos de graduação.

Em estudo com jovens que tiveram filhos durante a vida acadêmica em uma universidade chilena, Luchini-Raies *et al.* (2018) suscitam que tornar-se mãe ou pai durante a graduação gera dificuldades que podem levar à exaustão física e emocional, por conta da grande quantidade de responsabilidades que ambas as funções pressupõem. Ademais, as pessoas que passam por esta situação podem se sentir incapazes de dar conta de todas as demandas surgidas.

Os estudos identificados na literatura nacional, por sua vez, mostram que dificuldades semelhantes são observadas no Brasil, sendo que, aqui, o cuidado com os filhos ainda é papel atribuído pela sociedade quase que exclusivamente para as mulheres. Ainda que seja um espaço de questionamento do *status quo*, as universidades parecem ser um ambiente pouco amigável à maternidade, tanto para professoras quanto para alunas.

Em pesquisa com recorte temporal de 2003 a 2005 com professoras universitárias para analisar como se dava a vivência do trabalho acadêmico em conjunto com a maternidade, Fabbro e Heloani (2010) apontaram que a maternidade ainda é um fato importante na vida das mulheres. Todavia, a vida profissional tem ocupado lugar de destaque também, sem que represente uma fuga ao ambiente familiar, emergindo como um posicionamento feminino em busca de sua realização pessoal. Os autores indicam que, apesar de as mulheres ocuparem cada vez mais ambientes acadêmicos e profissionais, carregam ainda o peso da divisão desigual das tarefas domésticas. O mesmo pensamento pode ser associado à vida acadêmica de universitárias que são mães, as quais buscam sucesso em sua formação para que possam ter uma vida profissional satisfatória. Contudo, manejar tantas tarefas sem uma parceria no âmbito doméstico é um fator que dificulta o bom desempenho estudantil.

2.4 TRABALHOS CORRELATOS

Outros estudos centraram-se em entender a experiência de ser universitária-mãe, como é o caso de Urpia e Sampaio (2011), Ribeiro (2016), Soares *et al.* (2017), Silva *et al.* (2015, 2020) e Bitencourt (2019).

Urpia e Sampaio (2011) destacam as dificuldades de conciliação de dois mundos tão distintos – maternidade e universidade – a partir das narrativas de alunas-mães da Universidade Federal da Bahia. De acordo com as pesquisadoras, essas alunas precisam lutar para concluir e ter sucesso nos estudos, em um contexto andocêntrico, o qual apresenta barreiras para mães que desejam avançar na carreira acadêmica. Conforme o estudo, o impacto da chegada de um filho na vida de uma mulher, conforme as autoras, é imensamente maior que na do homem, o que explicita diferenciações no exercício da maternidade e da paternidade, bem como na assunção de tarefas domésticas e de cuidados com os filhos. Essas diferenças geram sobrecarga para as mulheres e, em um cenário estudantil, refletem em ausências nas aulas, baixo desempenho nas disciplinas, trancamentos e abandonos de curso.

Silva *et al.* (2020) buscaram vislumbrar os desafios enfrentados por alunas universitárias na conciliação dos estudos com a maternidade, constatando que o acúmulo de inúmeras funções assumidas pelas mulheres – mães, esposas, profissionais – faz com que elas tenham menos tempo para se dedicarem aos estudos, inclusive algumas das participantes da pesquisa chegaram a cogitar o abandono do curso superior. O desgaste enfrentado pelas mães universitárias é um fator que influencia na condução dos estudos, e, quando pesadas as atividades, a função materna costuma ser tida como prioridade, pela própria representação de papéis sociais para a mulher. Assim, é bem provável que a mulher que não tenha adequado suporte para a condução do curso superior acabará por ter uma vida acadêmica mais conturbada e isso pode levar ao atraso em sua formação e, conseqüentemente, a manutenção das desigualdades de gênero.

Não ter tempo disponível para dedicação aos trabalhos do curso, não ter com quem deixar o filho, precisar faltar às aulas ou trancar a matrícula são exemplos

dos obstáculos que fazem parte da trajetória escolar destas mulheres e que afetam seu desempenho estudantil estão entre as principais dificuldades enfrentadas na vida acadêmica pelas universitárias-mães da Universidade de Brasília, conforme indicou Ribeiro (2016) São aspectos que reforçam o quão complexo é conciliar a vida materna com os estudos.

Essas dificuldades, inclusive, comprometem que as estudantes que são mães possam amamentar seus bebês pelo tempo mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Foi o que observaram Soares *et al.* (2017) apontaram que o retorno das estudantes do Piauí à universidade após o nascimento de um filho se dá, em geral, antes dos seis meses completos da criança, em razão da curta duração da licença concedida às alunas. Nesse período, recomenda-se o aleitamento materno exclusivo, de modo que o afastamento entre a mãe e o filho nesse prazo, obviamente, gera impactos na alimentação dos bebês. Assim, manter o aleitamento materno após o retorno às atividades da graduação é mais um desafio para essa população. Exige suporte para a sua continuidade, tanto familiar quanto da instituição de ensino, que, comumente, não conta com a infraestrutura ideal para isso.

Nessa perspectiva, a pesquisa de Soares *et al.* (2017) sublinha que as universidades também se mostram como ambientes não acolhedores para as mães que desejam permanecer amamentando seus filhos, pois, segundo os autores não há regulamentação de pausas ou ausências para aquelas que precisam amamentar ou ordenhar leite, tampouco existem locais adequados para o aleitamento. Retornar aos estudos durante o puerpério representa perda em muitas dimensões, visto que a criança terá impactos na alimentação e ficará períodos longos afastada da mãe, que terá que se desdobrar para permanecer amamentando.

Bitencourt (2019) realizou entrevistas com alunas universitárias com filhos e concluiu que estas passam por muitos percalços na conciliação da maternidade com os estudos, tamanha é a complexidade deste cenário, que algumas entrevistadas afirmaram pensar em desistir do curso superior. Uma das conclusões da autora é que essas mães deveriam receber maior apoio dos pais das crianças e do Estado para os cuidados com os seus filhos. As universidades,

por seu lado, devem oferecer creches públicas e gratuitas, instituições cujo surgimento, conforme Aquino (2018), associa-se a reivindicações trabalhistas, sindicais e do movimento feminista, a partir da participação mais significativa da mulher no mercado de trabalho, possuindo um viés de promoção de igualdade de gênero.

Em pesquisa com universitárias que foram mães na adolescência, Silva *et al.* (2015) apontaram que a maternidade alterou a vida das adolescentes em muitos aspectos, gerando, inclusive, atraso nos estudos. A pesquisa corrobora o pensamento de que mães estudantes enfrentam desafios que as colocam em desvantagem na condução da vida estudantil, demandando grande esforço e suporte para que obtenham sucesso.

Em meio a esse contexto, conforme Bitencourt (2019), o apoio da família costuma ser essencial para que levem à frente os estudos, associado ao próprio desejo de realização pessoal. Essa população, nesse sentido, deve poder contar com uma rede de apoio bem estruturada para que consigam concluir os estudos acadêmicos, recebendo não apenas o suporte de familiares, como também de amigos e de políticas públicas que reduzam ou solucionem os desafios enfrentados por elas durante a graduação.

Em resumo, as pesquisas destacadas indicam que um dos impactos da maternidade na trajetória acadêmica das mães-alunas diz respeito a se manter estudando para concluir sua formação (WEED; NICHOLSON, 2014; NEIL-WESTON; MORGAN, 2017; ERK, 2013), estando sujeitas ao abandono do curso (SILVA *et al.*, 2020), visto que, por questões de desigualdade de gênero, as mulheres acumulam volume de tarefas superior ao socialmente exigido dos homens, sendo quase que exclusivamente responsáveis pelos cuidados com os filhos, ficando sobrecarregadas com funções domésticas além das funções externas ao lar (AQUINO, 2018).

Em meio à enorme quantidade de tarefas, o interesse pessoal em levar os estudos adiante também precisa do suporte de uma rede de apoio, que, sobretudo, vem da família (SILVA *et al.*, 2015; SOARES *et al.*, 2017). Além da falha dos pais das crianças na divisão de tarefas, o Estado também tem falhado em dar suporte às

estudantes que equilibram estudos e maternidade (NEIL-WESTON; MORGAN, 2017; BITENCOURT, 2019).

Do mesmo modo, as universidades, apesar de serem espaços com discussões de vanguarda, também tem sido ambientes inóspitos para que essas estudantes concluam sua formação. Essa negligência contribui para aprofundar as desigualdades, pois reverberam negativamente no desempenho de carreira das mulheres (LIVINGSTON, 2015). Nesse sentido, as desigualdades entre homens e mulheres também são marcantes entre estudantes universitários (FABBRO; HELOANI, 2010).

Em um contexto de tamanhos desafios para as alunas-mães, os autores são unânimes em asseverar que as instituições de ensino precisam oferecer condições a esse público, que possui características ímpares quando comparadas aos outros estudantes (LUCHINI-RAIES *et al.*, 2018; URPIA; SAMPAIO, 2011), a fim de que possam dar continuidade à formação acadêmica, evitando o fracasso, o atraso e o abandono dos estudos, o que também implica custos (ERK, 2013). Nesse sentido, de um lado, poderão dar o necessário para que as alunas-mães possam se desenvolver integralmente e, do outro, melhor aplicar os recursos de que dispõem.

As universidades precisam oferecer um local apto a receber os filhos das universitárias, o que representaria uma ferramenta para possibilitar às mães o direito aos estudos e para reduzir aspectos relativos à desigualdade de gênero (LIVINGSTON, 2015; SOARES *et al.*, 2017). A oferta de creche também está entre as medidas que podem ser adotadas (BITENCOURT, 2019), além da organização de um calendário de atividades para o retorno ao ambiente universitário que permita que as alunas-mães possam, inclusive, prosseguir amamentando seus bebês (SOARES *et al.*, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo caracteriza a pesquisa quanto à abordagem e ao tipo, bem como a amostra com a qual se pretende desenvolvê-la. Destaca também os procedimentos usados no processo de coleta e análise de dados a fim de que sejam alcançados os objetivos específicos delineados anteriormente, culminando no cumprimento do objetivo geral. Indica, ainda, os procedimentos relacionados aos aspectos éticos. O Quadro 2, a seguir, sintetiza os procedimentos metodológicos.

Quadro 2 – Procedimentos metodológicos

Abordagem	Qualitativa
Tipologia	Exploratório-descritiva
Amostra	Dez alunas com um ou mais filhos, que tenham ingressado na universidade entre os semestres de 2015/1 e 2019/2, matriculadas nos cursos do Centro de Ciências Humanas e Naturais
Coleta de dados	Questionário on-line
Análise de dados	Análise de conteúdo

Fonte: elaboração própria (2021).

3.1 CARATERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa utilizou-se da **abordagem qualitativa**. A pesquisa qualitativa, conforme Godoy (1995), está centrada na obtenção de dados descritivos sobre a situação estudada, segundo a perspectiva dos sujeitos envolvidos, focando-se em aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Nesse sentido, a abordagem qualitativa, neste estudo, permitiu compreender a realidade das mães universitárias, abordando a subjetividade da experiência vivenciada por elas no ambiente universitário.

Ainda sobre a abordagem qualitativa, é válido ressaltar o explanado por Câmara (2013, p. 180):

[...] o uso da pesquisa qualitativa permite, dentre outros, estabelecer fatores de determinado fenômeno, a partir da perspectiva analítica do real, por meio da população estudada, [...] auxilia a aprofundar e melhorar a qualidade da interpretação, ampliar o entendimento sobre o objeto de estudo e melhor esclarecer os dados quantitativos, pois capta as nuances da percepção dos entrevistados para ampliar a compreensão da realidade vivida pelos respondentes e aprofunda a questão de como as pessoas percebem os fenômenos estudados.

Além disso, a pesquisa possui viés **exploratório-descritivo**. Segundo Gil (2002), pesquisas exploratórias têm o intuito de viabilizar maior familiaridade com o problema estudado, com o objetivo de torná-lo mais explícito ou de suscitar hipóteses a seu respeito. O mesmo autor define as pesquisas descritivas como aquelas cujo propósito é a caracterização de determinada população ou fenômeno ou mesmo a determinação de relações entre certas variáveis. Nesse sentido, a presente pesquisa poderá estudar a parcela de alunas-mães da Ufes e as dificuldades por elas enfrentadas na conciliação dos estudos com a maternidade.

3.2 AMOSTRA

Inicialmente, a pesquisa foi realizada a partir de dados relativos a todos os cursos de graduação presencial da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo-se como base os Relatórios de Ritmo Estudantil dos ingressantes nos semestres de 2015/1 a 2019/2.

Posteriormente, visto que o estudo teve como foco a influência da maternidade na retenção estudantil, a pesquisa centrou-se apenas nas alunas com um ou mais filhos, que haviam ingressado na Ufes nos semestres de 2015/1 a 2019/2, matriculadas nos cursos do Centro de Ciências Humanas e Naturais. A escolha do CCHN deve-se ao fato de que, conforme estudo que Moraes (2015) realizou nos cursos de Letras-Português e Geografia, vinculados a esse centro de ensino, a maternidade foi considerada um fator que impulsiona a retenção universitária.

No que se refere à quantidade de alunas participantes da pesquisa, a estimativa baseou-se em dado do Censo do ano 2000, que, segundo o estudo de Uripia e Sampaio (2011), indicou que cerca de 8% das alunas nos cursos de graduação tinham filhos. No caso do CCHN, em 2020, havia cerca de 1.800 alunas matriculadas. Assim, estimou-se que aproximadamente 150 alunas se enquadrariam no grupo específico para participar do presente estudo. Ao final, a participação obtida foi bastante inferior, de dez respondentes, o que pode ser atribuído a alguns fatores, tais como a excessiva circulação de informações on-line durante a pandemia e o próprio acúmulo de tarefas a que as mulheres ficaram sujeitas nesse período.

A pesquisa também envolveu amostra documental relativa a outras 68 universidades públicas federais que apareciam na lista divulgada pelo Portal do MEC em 2020, para identificar ações realizadas por essas instituições para auxiliar as alunas-mães a prosseguirem sua formação.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para coletar dados que respondessem ao objetivo específico “Examinar os índices de retenção por gênero na universidade”, foi realizada uma pesquisa documental a partir de dados secundários fornecidos pela Ufes. De acordo com Gil (2019), esse tipo de pesquisa utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem vir a ser delineados de acordo com os objetivos da pesquisa. O uso de documentos como fonte de pesquisa é de grande importância, pois há uma extensa gama de informações que deles pode ser extraída.

As informações necessárias foram obtidas a partir de Relatórios de Ritmo Estudantil, que apontam o nível de retenção dos alunos na Ufes, bem como na listagem de alunas que solicitaram licença-maternidade no período delimitado na pesquisa (2015/1 a 2019/2), ambos gerados pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico da Prograd.

Para coletar dados que respondessem ao objetivo específico “analisar medidas implementadas nas universidades federais brasileiras para auxiliar na vida acadêmica das alunas-mães”, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de material já elaborado, como livros e artigos científicos, ao passo que a análise documental, apesar de muito semelhante, se dá pelo uso de materiais que ainda não passaram por um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados segundo os objetivos da pesquisa. Visando a obter as informações relativas ao objetivo específico em questão, promoveu-se a busca de artigos, dissertações e livros correlatos ao objeto de estudo, como também foram analisados *sites* de universidades públicas federais, no intuito de identificar relatórios, cartilhas, instruções normativas e notícias internas sobre o assunto.

Quanto à coleta de dados para o objetivo de “registrar dificuldades enfrentadas na maternidade por alunas-mães do CCHN” e “mapear quais as medidas podem ser implementadas na Ufes para auxiliar na vida acadêmica das alunas-mães”, foi aplicado questionário on-line semiestruturado (APÊNDICE B). O instrumento foi construído com a ferramenta *Google Forms*, na qual, a partir do recebimento do link do instrumento por e-mail, as participantes responderam a perguntas abertas e fechadas a respeito de variáveis e situações relacionadas à conciliação entre estudos e maternidade.

O instrumento foi pré-testado com quatro mães estudantes. Após isso, a redação de uma pergunta foi ajustada, como também foram incorporadas questões sugeridas (sobre a realização de tarefas domésticas, quantidade de disciplinas cursadas e mudanças promovidas para que a condução dos estudos acadêmicos fosse possível) e, então, enviado às alunas-mães do CCHN (APÊNDICES A e B).

Com a aplicação do questionário, foram obtidas respostas para as seguintes questões: quantos filhos tinha a aluna; se os teve durante a graduação; se contava com a participação do pai nos cuidados com a criança; se possuía rede de apoio; se tinha outra ocupação além da de estudante de um curso superior; se julgava necessária a oferta de creche ou auxílio pré-escolar; se havia enfrentado dificuldades para frequentar aulas por conta da maternidade; que tipo de dificuldades seriam essas; se poderia sugerir algo para a infraestrutura da universidade que auxiliasse nos cuidados com crianças, dentre outras.

Nessa direção, os dados obtidos via questionário também deram base para o alcance do último objetivo específico da pesquisa, a saber, “desenvolver proposta de intervenção institucional a ser adotada pela Ufes para auxiliar as alunas-mães.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, contando com o auxílio de alguns dados quantitativos. As respostas aos itens fechados do questionário foram sistematizadas e analisadas a partir de gráficos e tabelas. Os dados obtidos nas questões abertas, por sua vez, foram interpretados com o uso da análise de conteúdo. Vergara (2005, p. 15) indica que a análise de conteúdo “[...] é

considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de um determinado tema”. Por meio dessa estratégia, foram examinados os aspectos levantados pelas alunas-mães sobre a experiência que estavam tendo na Ufes, investigando a relação existente entre a retenção estudantil e a maternidade, visando a melhorar a qualidade dos estudos dessas mães na universidade, para que pudessem obter sucesso acadêmico.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi solicitada a autorização do Departamento de Registro e Controle Acadêmico da Prograd-Ufes para acesso e uso de dados dos alunos, presentes no Sistema de Informação para o Ensino.

A aplicação do questionário foi feita mediante a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado às alunas participantes da pesquisa, informando que suas identidades seriam mantidas em sigilo e que não seriam solicitados dados pessoais íntimos (APÊNDICE B). A assinatura do TCLE foi feita a partir de caixa de seleção constante do questionário, a qual, uma vez marcada, liberava o acesso das participantes ao instrumento.

Em atendimento ao preconizado pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, a qual trata de questões éticas que envolvem seres humanos, este estudo foi submetido à análise de Comitê de Ética em Pesquisa via Plataforma Brasil, sendo aprovado pelo Parecer sob o número 4.808.077.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta e analisa os dados coletados por meio de análise de documentos da própria Ufes e de outras universidades públicas federais, bem como via questionário aplicado a alunas-mães do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Ufes. Visa, assim, a responder a cada um dos objetivos específicos da pesquisa para, desse modo, atender ao seu objetivo geral.

4.1 A RETENÇÃO UNIVERSITÁRIA NA UFES POR GÊNERO

Com o intuito de examinar os índices de retenção dos alunos dos cursos de graduação presenciais da Ufes, realizou-se a análise de Relatórios de Ritmo Estudantil, obtido com a Prograd-Ufes. Nesses documentos, há dados sobre o curso do aluno, o centro de ensino ao qual ele está vinculado, o gênero, se sua matrícula está ativa, a carga horária por ele cursada até o momento, dentre outros.

Além disso, os relatórios apontam se o aluno está em situação de retenção e, ainda, como essa se classifica: leve, moderada ou severa. As categorias de retenção são definidas de acordo com o tempo a mais que o estudante levará para a conclusão do curso em relação ao previsto na matriz curricular. Segundo a proposta de classificação de Pereira (2013), as retenções leve, moderada e severa se dão quando a previsão de permanência prolongada do aluno é de, respectivamente, até dois semestres, mais de dois e até quatro semestres e mais de quatro semestres acima do esperado.

Delimitando-se a análise a alunos dos cursos presenciais cujo ingresso se deu nos semestres 2015/1 até 2019/2, os dados de retenção em toda a Ufes são apresentados na Tabela 1, separados por gênero, o que permite observar as disparidades de retenção acadêmica entre universitárias e universitários, visto que o foco da pesquisa está situado sobre o público feminino, com o objetivo geral de buscar formas e instrumentos que possam ser adotados pela Ufes para dar mais apoio às mães estudantes, no sentido de reduzir a retenção acadêmica.

Tabela 1 – Retenção de alunos na Ufes (ingressantes 2015/1 a 2019/2)

Situação quanto à retenção	Gênero	
	Feminino	Masculino
Leve	3.319	2.078
Moderada	1.590	1.360
Severa	4.371	5.089
Sem retenção	2.526	1.601

Fonte: elaboração própria com base em dados dos Relatórios de Ritmo Estudantil (Prograd-Ufes).

Nota-se que a retenção de discentes do gênero feminino só não é maior no nível severo. Por outro lado, observa-se que as alunas estão livres de retenção em maior número que os alunos.

Os dados obtidos com os Relatórios de Ritmo Estudantil foram organizados conforme a Tabela 2, a seguir, com a intenção de trazer à tona as diferenças de retenção universitária em cada um dos 11 centros de ensino da Ufes.

Tabela 2 – Retenção de alunos por centros de ensino na Ufes (ingressantes 2015/1 a 2019/2)

Contexto	Níveis de retenção							
	Leve		Moderada		Severa		Moderada + Severa	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Ufes – Geral	3.319	2.078	1.590	1.360	4.371	5.089	5.961	6.449
CEFD	101	131	20	45	63	144	83	189
CE	194	14	47	12	94	22	141	34
CCE	39	55	24	43	216	401	240	444
CT	147	314	57	176	191	782	248	958
CCAIE	174	151	90	88	294	295	384	383
CAR	448	251	130	114	278	285	408	399
CCENS	205	113	107	78	430	588	537	666
CCS	586	118	267	105	530	267	797	372
CCHN	392	249	278	200	641	589	919	789
CCJE	728	511	366	349	637	830	1003	1179
Ceunes	304	171	201	148	892	833	1093	981

Fonte: elaboração própria com base em dados dos Relatórios de Ritmo Estudantil (Prograd-Ufes). CAR – Centro de Artes; CCAIE – Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (*Campus* de Alegre); CCS – Centro de Ciências da Saúde; CCE – Centro de Ciências Exatas; CCENS – Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (*Campus* de Alegre); CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; CE – Centro de Educação; CEFD – Centro de Educação Física e Desporto; CT – Centro Tecnológico.

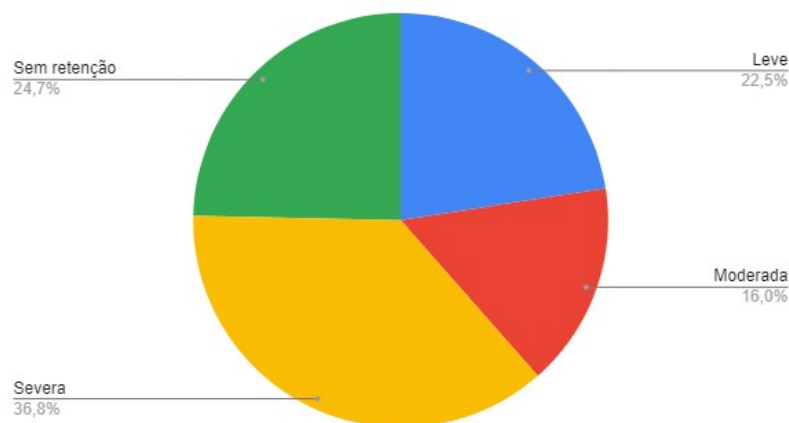
Conforme se nota na Tabela 1, quando se analisa a retenção em nível leve, as universitárias só não são as mais afetadas no Centro de Ciências Exatas, no Centro de Educação Física e Desporto e no Centro Tecnológico. O mesmo resultado se repete quando se analisa a retenção moderada. No CCHN, a

retenção moderada no gênero feminino é a terceira maior em comparação com todos os demais centros.

No que diz respeito à retenção no nível severo, os universitários do gênero masculino são em maior número na maioria dos centros. Neste nível, as mulheres ficam mais retidas no Centro de Educação, Ceunes, Centro de Ciências da Saúde e CCHN. No Centro de Ciências da Saúde, a retenção feminina é de aproximadamente o dobro da masculina no nível severo. Na soma das retenções moderada e severa, as alunas são mais retidas em seis (Centro de Educação, Centro de Ciências Agrárias e Engenharias, Centro de Artes, Centro de Ciências da Saúde, CCHN e Ceunes) dos 11 centros.

O Gráfico 1 representa a retenção das universitárias do CCHN, centro no qual houve coleta de dados diretamente com as alunas-mães, via questionário. Entre todos os centros de ensino da Ufes, o CCHN ocupa a quarta posição em retenção leve; a segunda em retenção moderada; enquanto na retenção moderada e na soma desta com a retenção severa sua posição é a terceira.

Gráfico 1 – Retenção do gênero feminino no CCHN (ingressantes 2015/1 a 2019/2)



Fonte: elaboração própria com base em dados dos Relatórios de Ritmo Estudantil (Prograd-Ufes).

Os dados do gráfico mostram que grande parte das alunas do CCHN com matrícula ativa no período em análise estão em retenção moderada ou severa, o que representa índice elevado de retenção, que pode culminar em uma série de efeitos negativos sociais, econômicos e pessoais (LUZ; MENDES; SOARES, 2019) e que podem ocasionar a evasão acadêmica (MELO; SALDANHA, 2020).

4.2 AÇÕES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS PARA A PERMANÊNCIA DAS ALUNAS-MÃES

Com o intuito de verificar, nas universidades públicas federais brasileiras, o que se promove para garantir a permanência das estudantes-mães, a pesquisa também analisou *sites* de 69 universidades públicas federais brasileiras, selecionadas a partir de uma lista de universidades federais obtidas no portal do MEC em agosto de 2020. Procedeu-se, nos *sites*, a uma busca com as palavras-chave “mãe”, “creche” e “retenção”, realizada em setembro de 2020.

A pesquisa nos *sites* apresentou textos diversos, em grande parte, editais de assistência estudantil, além de homenagens e notícias do cotidiano das universidades. A partir dos resultados da busca, de modo geral, foi possível notar que as universidades ainda são ambientes pouco acolhedores em relação às alunas-mães e seus filhos, pois o suporte oferecido pelas instituições federais a esse público é, ainda, bastante tímido.

Em 47 das 69 universidades, há oferta de auxílio-creche, sendo que em apenas 11 delas os *sites* trazem informações sobre creches universitárias e a oferta de vagas aos filhos dos alunos. Nos *sites* das universidades situadas nas regiões Norte e Sul não foram encontradas informações que pudessem confirmar a oferta desse tipo de assistência. Em 15 instituições foram promovidas ações como rodas de conversa, seminários, debates ou palestras sobre a conciliação da maternidade com a vida estudantil.

Quadro 3 – Ações voltadas a mães estudantes e filhos nas universidades públicas federais brasileiras

continua

Universidade Federal	Ações								
	C	AC	CEM/PE	F	LA	ASM/AP	PLP	PV	S/RC
Acre		x							
Amapá		x					x		
Amazonas		x							
Oeste do Pará									
Pará		x							
Rural da Amazônia		x							
Sul e Sudeste do Pará									x
Rondônia		x							
Roraima									
Tocantins						x	x		
Norte do Tocantins									
Alagoas				x ^(*)				x	
Bahia	x	x							
Sul da Bahia		x							
Recôncavo da Bahia		x				x			
Oeste da Bahia	x	x							
Lusofonia Afro-Brasileira	x		x						
Cariri		x							
Ceará		x							
Maranhão		x				x			
Paraíba		x							x
Campina Grande	x								
Pernambuco		x							
Vale do São Francisco									
Rural de Pernambuco	x	x							
Agreste de Pernambuco		x							
Delta do Parnaíba		x							
Piauí		x							
Rio Grande do Norte		x							
Rural do Semi-Árido		x							
Sergipe		x							
Universidade de Brasília		x							
Grande Dourados	x								
Goiás	x								
Catalão									
Jataí									
Mato Grosso									
Rondonópolis									
Mato Grosso do Sul		x							
Espírito Santo	x								
Alfenas		x							x
Itajubá		x							
Juiz de Fora		x							
Lavras		x							
Minas Gerais		x							
Ouro Preto		x			x				
São João Del-Rei		x							
Uberlândia		x							x
Viçosa		x							
Triângulo Mineiro		x							
Vales do Jequitinhonha e Mucuri		x							

Universidade Federal	Ações								
	C	AC	CEM/PE	F	LA	ASM/AP	PLP	PV	S/RC
São Carlos	x								
São Paulo		x							
ABC		x		x					
Estado do Rio de Janeiro									
Rio de Janeiro	x								
Fluminense		x		x			x		x
Rural do Rio de Janeiro		x							
Universidade Tecnológica Federal do Paraná									
Integração Latino-Americana		x							
Paraná		x					x		
Ciências da Saúde de Porto Alegre									
Pelotas		x		x	x				x
Santa Maria		x			x				
Pampa		x							
Rio Grande		x							
Rio Grande do Sul		x							
Fronteira Sul		x							x
Santa Catarina		x							

Fonte: elaboração própria a partir de busca realizada nos *sites* das instituições.

C = Creche; AC = Auxílio-creche; CEM/P = Condição especial de matrícula ou em programa de extensão; ASM = Ação em saúde mental; AP = Apoio psicológico; F = Fraldário, PLP = Projeto lúdico-pedagógico; PV = Projeto voluntário, S = Simpósio ou roda de conversa, LA = Local para amamentação. ^(*) Fraldário organizado pelos alunos do Centro Acadêmico do Centro de Educação.

A oferta de auxílio-creche, assistência mais comum presente nas universidades, contribui para a permanência no curso superior das alunas que têm filhos, visto que é sobre elas que, em culturas patriarcais, como a brasileira, recai o cuidado com as crianças (SOUZA; GUEDES, 2016; VIEIRA; AMARAL, 2013). Entretanto, mesmo nas universidades que disponibilizam esse suporte, sua oferta ocorre de maneira restrita, apenas para crianças pequenas (geralmente, de até 5 anos) e para estudantes com pouco poder aquisitivo. Esses fatores restringem o acesso ao benefício, de modo que não é possível afirmar que sua oferta seja o fator mais significativo em uma política de auxílio a mães universitárias.

Merece destaque o que vem sendo desenvolvido em duas universidades federais, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no que concerne às melhorias que as instituições de ensino podem realizar para proporcionar uma melhor vida acadêmica as alunas-mães. Segundo informações obtidas no *site* dessas instituições, na UFF existe o grupo "Coletivo Mães da UFF", rede de mulheres da universidade que se uniram para prestar

apoio mútuo, com o objetivo de ressaltar as demandas das mães universitárias e pleitear mudanças no espaço acadêmico para atender a esse público.

Inclusive, ressalta-se que há ações da UFF, promovidas pela Pró-Reitoria de Graduação, direcionadas às mães visando a melhorar a infraestrutura acadêmica e promover ações de cuidado para elas e seus filhos. Dentre essas ações, estão a instalação de fraldários, acesso a programas específicos de bolsas na instituição, flexibilização de trâmites administrativos, acompanhamento de taxas de retenção e evasão e mapeamento da saúde mental das alunas, o que tende a tornar o ambiente universitário mais acolhedor para as estudantes que têm filhos.

Além dessas práticas, existe na UFF um grupo de trabalho denominado "Mulheres na Ciência", que formulou uma cartilha com propostas voltadas para vários âmbitos da universidade, visando a promover uma política de manutenção das alunas-mães e cientistas na instituição. Essa cartilha possui propostas como:

- Aumentar regime especial referente à licença-maternidade para graduação de 90 para 120 dias.
- Propor mudanças no Regimento de Graduação que viabilizem o atendimento das mães estudantes no que diz respeito às necessidades dos filhos e filhas, como abonar faltas quando a mãe apresentar o atestado médico do filho ou filha e a possibilidade de justificar eventuais faltas em dias de entrega de trabalhos ou realização de provas.
- Ampliar o acesso à creche universitária com prioridade para as mães universitárias solo e em condição de vulnerabilidade social. Realizar convênios com a prefeitura para que mães em condição de vulnerabilidade social possam colocar seus filhos nas creches municipais.
- Instalar fraldário em banheiros femininos e masculinos.
- Construir um espaço de acolhimento para crianças.
- Estabelecer políticas efetivas de combate ao assédio moral, inclusive com incentivo a eventos públicos, no âmbito da universidade e entre universidades, que estimulem a reflexão e conscientização da comunidade acadêmica para o tema maternidade e universidade (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

No caso da UFPEL, há a promoção de uma política para mães universitárias cuja realização é conduzida, principalmente, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. A fim de garantir a permanência de alunas que precisam conciliar as exigências da maternidade e dos estudos, existem ações que vão desde modificações na infraestrutura da universidade até a sensibilização da comunidade acadêmica, como prioridade na fila do restaurante universitário, instalação de fraldários e cadeiras de amamentação, não existência da obrigação de a aluna-mãe se

matricular em todas as disciplinas propostas no semestre e, ainda, a atuação de um grupo terapêutico voltado especificamente para o acolhimento das mães universitárias.

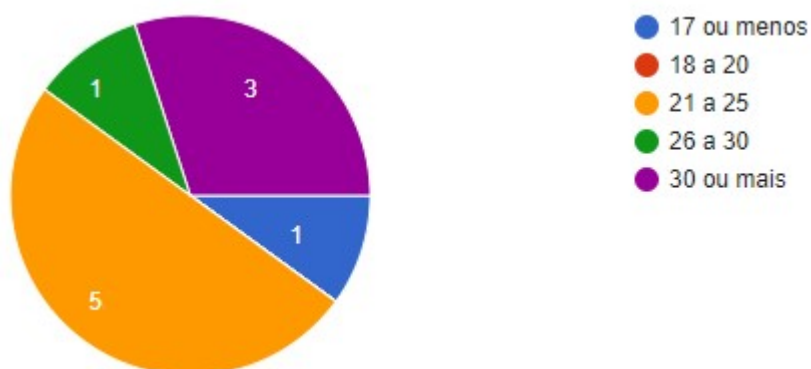
As ações e políticas promovidas pela UFF e UFPEL têm maior alcance que apenas o fornecimento de auxílio financeiro para custeio de creche e o benefício se estende para toda a comunidade universitária. Promovem maior bem-estar naquelas que precisam coordenar estudos e maternidade, por tornar o ambiente universitário mais adaptado às suas demandas específicas, que costumam ser negligenciadas em diversas instâncias sociais e, como se nota, também na maioria das universidades públicas federais brasileiras.

Há um ditado popular que afirma que é exigido das mulheres que, após se tornarem mães, que trabalhem como se não tivessem filhos e que sejam mães como se não trabalhassem, o que representa uma realidade cruel. Quando essa ideia se faz presente no ambiente universitário, como mostram os dados coletados com alunas-mães no âmbito desta pesquisa, expostos mais adiante, há interferência negativa no desenvolvimento estudantil e sobrecarga para as mães.

Ações focadas na permanência estudantil nas universidades conforme as demandas específicas das alunas e do contexto em que se inserem têm potencial de auxiliar no desempenho acadêmico (CAMPELLO; LINS, 2008). A mera constatação de que mães universitárias possuem dificuldades na condução dos seus estudos, gerando retenção ou mesmo evasão universitária é apenas o primeiro passo, que deve ser seguido por ações efetivas para a resolução da situação e promoção do sucesso estudantil.

4.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ALUNAS-MÃES DO CCHN-UFES

Os dados apresentados e analisados neste tópico foram obtidos por meio de questionário, cuja análise retifica a relação entre a retenção acadêmica e a maternidade. O questionário contou com a participação de dez alunas do CCHN, todas elas mães de apenas um filho. Em 60% dos casos, a criança nasceu após o ingresso da estudante na Ufes. Quanto à idade, metade das participantes tornou-se mãe com idade entre 21 e 25 anos (Gráfico 2).

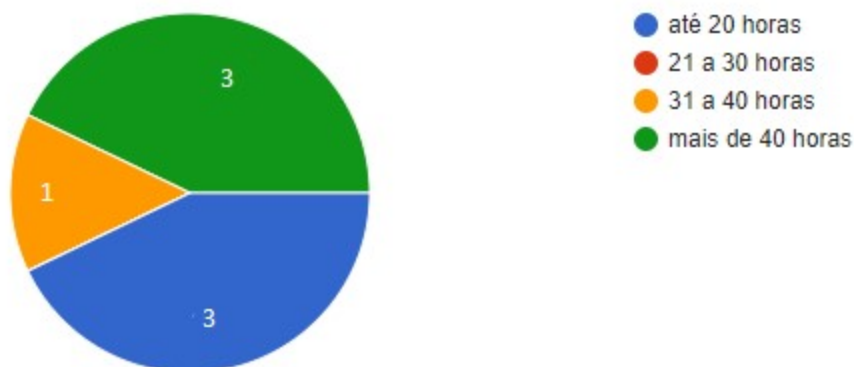
Gráfico 2 – Idade em que as universitárias se tornaram mães

Fonte: elaboração própria a partir dos dados obtidos via questionário (2021).

Quanto ao estado civil das alunas-mães, cinco encontram-se em uma união estável, quatro estão solteiras e uma está casada. Logo, a maioria das participantes possui uma parceria, com a qual, em tese, pode, inclusive, dividir as tarefas do cotidiano e compartilhar a vida diariamente. Em tese, porque, conforme foi possível apreender na literatura de gênero, as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos ainda recai sobre a mulher, sendo consideradas essencialmente femininas (SOUZA; GUEDES, 2016; VIEIRA; AMARAL, 2013).

No que se refere à vida profissional, sete das participantes possuem alguma ocupação laboral, das quais três têm jornada superior a 40 horas semanais. Outras três têm trabalhos com jornada de até 20 horas por semana e uma dedica semanalmente de 31 a 40 horas para suas profissões (

Gráfico 3).

Gráfico 3 – Carga horária profissional das alunas-mães

Fonte: elaboração própria a partir dos dados obtidos via questionário (2021).

Os dados, portanto, apontam que a maioria das alunas possui tripla jornada e se desdobra para realizar as funções de mãe, estudante e profissional. Isso sem mencionar a possibilidade de ter de realizar, também, tarefas domésticas, o que não é incomum na sociedade brasileira, haja vista tratar-se de um aspecto inerente à cultura patriarcal, segundo afirmam Vieira e Amaral (2013). Outro ponto de impacto na assunção de uma jornada tripla para as mulheres é o fato de os cuidados com as crianças recaírem majoritariamente sobre elas (ESTEVANS, 2019). O acúmulo de funções assumidas pelas mulheres, de certo, ocasiona sobrecarga. Como a jornada de trabalho da maioria das alunas-mães é extensa, quando combinada com a carga de estudos acadêmicos e a maternidade, certamente, produz uma situação de conciliação desafiadora.

Soma-se a isso o fato de que, no momento em que os dados desta pesquisa foram coletados, o Brasil e o mundo estavam em meio a uma pandemia, em isolamento social, o que intensificou o desgaste decorrente do acúmulo de funções. Isso porque as alunas-mães precisaram se concentrar no trabalho, vida acadêmica e cuidados com os filhos, todos ocorrendo em um mesmo ambiente, sem pausas, com muita dedicação, visto que a rotina é diversa da vida antes da crise sanitária.

Mesmo com a possibilidade de estudar e trabalhar de forma remota, boa parte do suporte para as mães vem de creches e escolas e essas permaneceram fechadas por longo período. Em julho de 2021, mais de um ano após a Organização Mundial de Saúde ter decretado a covid-19 como pandemia, o funcionamento de

muitos desses estabelecimentos ainda não estava normalizado. Tal situação demanda uma série de adaptações, sem, muitas vezes, o suporte que havia antes, prejudicando ainda mais intensamente as mães que permaneceram em empregos com trabalho presencial e que precisaram se desdobrar para encontrar uma solução para os cuidados com os filhos.

Nesse contexto, segundo as respostas obtidas com o questionário, oito das participantes precisaram contar com apoio nos cuidados com o filho e nas atividades domésticas. Esse apoio advém, principalmente, de algum parente da estudante, enquanto as outras duas o obtêm de babás, creches ou do pai da criança. A família da estudante representa, portanto, sua principal fonte de suporte, confirmando o que assevera Bittencourt (2019), para quem esse apoio se torna essencial na condução da vida universitária das alunas-mães.

É relevante observar, porém, que a figura paterna não aparece como principal participante da rede de apoio dessas alunas, dado que corrobora a afirmação de Estevans (2019), a saber, que, no que diz respeito aos cuidados com filhos, a maior parte do trabalho é de responsabilidade das mães. Reafirma-se, desse modo, o viés patriarcal que ainda permeia a sociedade (VIEIRA; AMARAL, 2013), segundo o qual há distinção entre funções tidas como tipicamente masculinas e femininas (HOCH, 2018), gerando um ônus para as mães, o que impacta negativamente a vida acadêmica e profissional das mulheres.

Quando questionadas a respeito das dificuldades enfrentadas para cumprir as atividades acadêmicas em razão das demandas da maternidade, as estudantes ressaltaram a falta de tempo para a dedicação ao curso, cansaço, dificuldade de concentração por precisar cuidar da criança e realizar afazeres domésticos constantemente, excesso de atividades, dificuldade de cumprir a grade curricular ou não poder realizar todas as disciplinas propostas no semestre etc., como revelam os fragmentos destacados a seguir:

Falta de tempo pra realizar as atividades, não ter com quem deixar a criança pra participar das reuniões de grupo, ter que chegar atrasada na aula e ter que sair mais cedo pra deixar / pegar a criança na escola a tempo. Dificuldade de concentração nas pesquisas e aulas. Só poder pegar 3 disciplinas no máximo pra conseguir conciliar e ainda assim ter muita dificuldade (ALUNA-MÃE 05).

Horário de estudo escasso. Só consigo estudar durante a madrugada, ou seja, quando a criança dorme (ALUNA-MÃE 06).

Nem sempre consigo assistir uma aula do início ao fim. Preciso trocar fralda, alimentar, quando a aula é à noite a demanda é maior ainda pois conflita com o sono. Privação de sono, exaustão, cuidar [cuidar] da casa, do bebê, preocupação financeira e ter que dar conta de tudo (ALUNA-MÃE 10).

Falta de tempo para entrega dos trabalhos acadêmicos, ou a escolha de deixar o filho com outra pessoa doente para está [estar] na sala de aula (ALUNA-MÃE 07).

Ter filhos, de fato, impacta a vida profissional das mulheres (LIVINGSTON, 2015) e isso inclui a vida acadêmica, conforme se nota nas observações das estudantes-mães. Assim como apontado por Silva *et al.* (2020), essas universitárias indicam que o acúmulo de funções assumidas faz com que tenham pouco tempo disponível para dedicação aos estudos. Os apontamentos feitos pelas alunas participantes da pesquisa coincidem com o indicado pelo estudo chileno realizado por Luchini-Raies *et al.* (2018), segundo o qual conciliar estudos acadêmicos e a maternidade significa assumir uma série de responsabilidades, que, por conta da dificuldade em realizá-las, gera desgaste físico e emocional, como retratam os comentários das alunas-mães da Ufes.

Os desafios destacados pelas alunas-mães do CCHN-Ufes são semelhantes, ainda, aos indicados por Ribeiro (2016), que, pelo tempo escasso frente a tantas tarefas das alunas-mães, pontua as dificuldades que elas enfrentam para frequentar as aulas, o que redundava no trancamento de curso, afetando seu desempenho acadêmico. Isso gera retenção acadêmica e pode culminar na evasão do curso superior (MELO; SALDANHA, 2020).

Ao serem questionadas sobre qual das dificuldades na conciliação da maternidade com os estudos seria a mais complexa, as participantes da pesquisa mencionaram, novamente, a falta de tempo, a exaustão, o cuidado com os filhos, prazos insuficientes para cumprir tarefas acadêmicas, sublinhando, além disso, culpa, frustração, maternidade-solo, ausência de rede de apoio, vida profissional e sustento do filho.

O tempo, ter que se dedicar pra estudos e filho, é muito complicado, você acaba tendo que reduzir sua carga de estudos pra cuidar do filho (ALUNA-MÃE 02).

A questão financeira e a privação de sono. O fator financeiro me deixa extremamente preocupada, pois sou responsável integralmente pela minha filha e não ter ninguém que possa contar me tira o sono diariamente. A privação de sono também, pois por mais desafiador que seja conciliar os estudos, quando passo uma semana direto sem dormir e logo tenho aula, mal consigo aprender (ALUNA-MÃE 10).

Todas, mas o tempo é o mais complexo, não poder me dedicar ao curso da forma que gostaria, me deixa frustrada (ALUNA-MÃE 05).

Além da sobrecarga enfrentada pelas alunas-mães, a falta de disponibilidade para estudar, a exaustão física e mental são fatores que prejudicam o bom desempenho estudantil e demandam um grande esforço e persistência das alunas para permanecerem estudando. As dificuldades apontadas corroboram os achados de Silva *et al.* (2020) e evidenciam a necessidade de suporte na condução dos estudos acadêmicos. Tal situação reforça a necessidade de uma rede de apoio bem-estruturada para que as estudantes que possuem filhos, em especial aquelas que trabalham, possam conduzir sua vida acadêmica de forma satisfatória.

De acordo com os dados coletados via questionário, metade das participantes da pesquisa já realizou trancamento do curso. Em três desses casos, a gravidez foi indicada como principal motivo que levou ao trancamento, tal como observado no estudo de Corrêa e Noronha (2004). Assim, alunas que tiveram filhos durante a graduação enfrentam um desafio a mais na condução do curso e têm maiores dificuldades para concluí-lo no tempo sugerido pela universidade como o ideal. Dentre outros motivos apontados para o trancamento, aparecem, ainda que menos frequentemente, o fato de o horário das aulas conflitar com os de outras atividades e, ainda, fatores pessoais como adoecimento na família, cuidados com o bebê e exaustão extrema.

O trancamento de curso foi apontado por Ribeiro (2016) como um fator que afeta o desenvolvimento estudantil e que faz parte da complexa realidade das mães estudantes. No mesmo sentido, Corrêa e Noronha (2004) indicaram que o trancamento de curso está intimamente ligado à permanência prolongada na universidade. As alunas-mães que participaram desta pesquisa, com unanimidade, afirmaram, também, que as demandas trazidas pela maternidade ocasionaram a necessidade de redução da quantidade de disciplinas cursadas em um semestre.

É certo que a condução da graduação quando menos disciplinas por semestre são cursadas implica a permanência prolongada dos estudantes, caso as disciplinas pendentes não sejam compensadas antes que se caracterize sua retenção (VASCONCELOS; SILVA, 2011). No caso das alunas que possuem filhos, os dados destacados indicam que, muito provavelmente, a redução mencionada vai gerar uma permanência prolongada na universidade. Isso porque enquanto permanecerem na universidade como mães e como as principais cuidadoras dos seus filhos continuarão a enfrentar os desafios que a responsabilidade quase exclusiva por esses papéis impõe, com pouco tempo hábil para dedicação aos estudos, sobrecarga e exaustão, conforme mostram os comentários destacados anteriormente.

Além do trancamento do curso e de disciplina, Corrêa e Noronha (2004) também indicam que a retenção pode decorrer de reprovações, as quais, a depender da frequência com que acontecem, acarretam atraso na formação, principalmente se a reprovação for em disciplina que se caracteriza como pré-requisito para outras. Quanto a esse aspecto, conforme os dados coletados nesta pesquisa, oito das participantes já reprovaram em alguma disciplina durante sua trajetória na universidade. De acordo com seis alunas, os motivos que ensejaram a reprovação foram a impossibilidade de frequentar as aulas e a falta de tempo para os estudos na experiência das duas restantes.

Vasconcelos e Silva (2011) apontaram que a vida particular dos estudantes influencia a condução da vida acadêmica. Assim, se o aluno estiver em meio a desafios, qualquer que seja sua natureza, haverá impacto na condução dos estudos. Dessa forma, a maternidade, como algo que demanda dedicação intensa por parte da mulher em culturas patriarcais, traz influência no atraso do curso, uma vez que reduzirá o tempo disponível das alunas-mães aos estudos.

É possível vislumbrar, pelas respostas das participantes da pesquisa, que a maternidade, efetivamente, representa uma função que demanda grande dedicação e, muitas vezes, sobrepõe-se às demais funções assumidas pelas alunas no que se refere ao tempo de que dispõem, em conformidade com o apresentado por Silva *et al.* (2020), os quais apontam que este fator e o desgaste

sentido pelas mães universitárias levam-nas a cogitar o abandono do curso superior.

Ao serem questionadas a respeito do desejo de abandonar os estudos, 90% das participantes desta pesquisa afirmaram já ter tido a intenção de desistir do curso. Questões de saúde e problemas pessoais foram apontados como justificativas, assim como a sensação de frustração e culpa por não conseguir se dedicar o bastante, o que apareceu nas respostas de forma recorrente, como pode ser observado em alguns comentários destacados a seguir (grifos nossos):

Pressão. Pensei que não fosse capaz de conseguir fazer todas essas coisas, ainda me sinto um pouco assim (ALUNA-MÃE 01).

Ficar sem meu filho o dia todo, alguns dias, cansaço e tempo para me dedicar (ALUNA-MÃE 02).

Não me sentir capaz de realizar as atividades da disciplina e não ter tempo para tal (ALUNA-MÃE 03).

Me senti como **ruim em tudo**, péssima mãe e péssima estudante (ALUNA-MÃE 05).

Por não conseguir cumprir o PIC [Plano de Integralização do Curso] entrei em processo de desligamento. Cogitei em desistir do curso, mas por fim recorri para permanecer (ALUNA-MÃE 06).

Depressão profunda. Além de sentir que após a gravidez eu não fazia mais parte da comunidade da universidade (ALUNA-MÃE 08).

As vezes parece que estou remando, **remando e nunca chego na praia.** Precisei reduzir a carga horária para **conseguir equilibrar um pouco mais** e não abandonar o curso (ALUNA-MÃE 10).

É possível notar que as universitárias que têm filhos enfrentam uma série de desafios, sentem-se sobrecarregadas, por vezes exaustas, e a condução dos estudos em conciliação como a maternidade torna-se algo complexo. A grande quantidade de responsabilidades assumidas por essas estudantes pode levar ao sentimento de incapacidade de dar conta de todas as demandas, conforme estudo de Luchini-Raies et. al. (2018), o que pode ser notado na realidade das alunas-mães do CCHN participantes desta pesquisa. Os grifos evidenciam aspectos que podem trazer prejuízos à saúde mental das estudantes. Há, nos comentários destacados, indícios de que as alunas sentem o fardo por terem que dar conta de tantos afazeres. Por serem responsáveis por múltiplas funções, acabam por terem uma carga mental muito pesada. Essa multiplicidade de papéis é extremamente

desgastante e gera adoecimento. Viver em constante situação de estresse é prejudicial à saúde, sendo que as mães, em especial, têm experimentado isso de forma intensa no período da pandemia (MACEDO, 2020).

O acúmulo de funções, o desgaste e o cansaço são fatores que podem desencadear ansiedade, depressão e irritabilidade, por exemplo. Macedo (2020) afirma, inclusive, que esses sintomas acometem, principalmente, pessoas mais vulneráveis, como é o caso das mães que não possuem o suporte adequado na conciliação de seus estudos com a maternidade e as demais tarefas cotidianas. Importante ressaltar que, para que seja possível a condução de uma vida acadêmica satisfatória, manter a saúde mental e física é essencial.

Um dos comentários indica que a aluna pensou em abandonar o curso superior em razão de ter desenvolvido depressão profunda. Outra aluna destaca o sentimento de não pertencimento em relação ao ambiente universitário após ter se tornado mãe. Frente a isso, fica uma indagação: como pode a universidade, um local que se propõe a ser múltiplo, com respeito às diferenças, ser tão alheia às demandas maternas? Dessa forma, a universidade continua a reproduzir um ambiente pouco acolhedor às mães, sem que haja suporte em sua infraestrutura, apoio emocional voltado para as mães, condutas administrativas e acadêmicas mais flexíveis, fazendo com que haja exclusão desta parcela estudantil.

Os depoimentos destacados podem levar ao entendimento de que estudar e ter filhos ao mesmo tempo não seria uma possibilidade viável, que estas seriam funções incompatíveis. Pelas dificuldades impostas, é realmente desafiador e desgastante ser mãe, estudante e profissional no contexto atual. Todavia, entende-se que não são os filhos que limitam as mães, mas a sociedade como um todo, que, em suas variadas instâncias, impõe barreiras ao desenvolvimento das mulheres (URPIA; SAMPAIO, 2011).

No questionário da atual pesquisa foi solicitado que as alunas fizessem uma descrição de suas rotinas como mães e estudantes da Ufes. A seguir, estão trechos de algumas das respostas:

Cansativa! Além de mãe, dona de casa ainda trabalho (ALUNA-MÃE 09).

Cansativa e correria. Você tem que organizar estudos, coisas de casa, filho. Não é fácil (ALUNA-MÃE 02).

Cansativa, tudo é muito, cozinhar, limpar, levar ao médico, o que torna o dia apertado e me deixa tempos curtos para estudar, e ainda tenho que me preocupar com a parte financeira, o que toma outro grande tempo em preocupação e fazer dinheiro (ALUNA-MÃE 03).

Uma loucura, tendo que contar sempre com a ajuda dos colegas pra prosseguir com o curso, tudo é pior pq o meu filho é autista (ALUNA-MÃE 05).

Durante todo o dia atendo às demandas de minha filha, isso é: café da manhã, higiene bucal, banho, almoço, limpeza da casa, café da tarde, brincadeiras, janta, higiene bucal, banho, rotina do sono. Só após esse período é possível fazer toda e qualquer atividade acadêmica (leitura, exercício, atividade, avaliação, etc) (ALUNA-MÃE 06).

Tento conciliar o Máximo possível. Faço reuniões, assisto aulas e minha filha muitas vezes está no colo vendo junto. Tenho que parar muitas vezes para dar atenção a ela e a casa no geral (ALUNA-MÃE 08).

Mais uma vez, fica evidenciada a tripla jornada das mães, que exercem diversas funções, assumem muitas atividades nos cuidados com os filhos, possuem pouco tempo disponível para os estudos, o que produz cansaço.

Nos relatos em destaque, percebe-se que as alunas não possuem auxílio para os cuidados com os filhos e com as tarefas domésticas, assumindo muitos afazeres além dos estudos acadêmicos. É possível indicar que o patriarcalismo que estrutura a sociedade brasileira influencia nessa divisão desigual de afazeres, pois, nos relatos, não há destaque para a participação ativa dos pais das crianças, seja na criação dos filhos ou nas atividades domésticas. Essa isenção paterna é um dos fatores responsáveis por gerar ainda mais sobrecarga para as alunas-mães.

Destaca-se, porém, que a rede de apoio materna não é feita somente por parentes ou pelos pais das crianças, mas também por amigos, haja vista que uma das alunas participantes afirma precisar contar com a ajuda dos colegas para conseguir permanecer no curso superior. Ainda que seja louvável o papel dos amigos no suporte materno, ele não é o único que irá garantir o sucesso acadêmico das mães, sendo necessário, portanto, que a universidade promova ações que propiciem melhores condições de estudos para essas alunas, inclusive promovendo intervenções para modificar o cenário da cultura patriarcal, que permite aos homens não assumirem as responsabilidades como pais.

Ainda que a divisão de atividades na criação dos filhos seja algo muito particular e cada família se estruture de maneira única, a sobrecarga materna parece algo generalizado. Como organização que exerce importante influência social, a universidade tem papel fundamental nas mudanças da sociedade. Deve, nessa perspectiva, atuar para auxiliar nas transformações de paradigmas e propiciar ambientes favoráveis às alunas com filhos. Também pode promover o diálogo com os homens e suscitar discussões contrárias ao machismo, estimulando a participação ativa do gênero masculino nos cuidados com os filhos de maneira equilibrada, de modo a que os pais prestem o suporte necessário tanto para a criança quanto para a mãe.

A fim de avaliar a assistência prestada pela Ufes às alunas-mães, questionou-se o grau de satisfação em relação à universidade, das nove respostas obtidas sete participantes consideram-se “mais ou menos insatisfeitas” e as outras duas sentem-se “nem satisfeitas, nem insatisfeitas”. É possível notar que as respostas variaram da indiferença à insatisfação, o que reforça a ideia de que a universidade ainda não é um ambiente acolhedor e preparado para amparar aquelas que precisam conciliar os estudos e a maternidade.

Esse fato corrobora a ideia apresentada por Erk (2013) de que acessar o ensino superior, por si só, não é garantia de sucesso. Mesmo posicionamento adotado por Schimer e Tauchen (2019), segundo o qual, mesmo que haja incentivo ao amplo acesso ao ensino superior, isso deve vir associado a um acompanhamento da qualidade da permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Isso sinaliza a necessidade de que se propiciem meios de se realizar um curso de graduação de maneira satisfatória, para que, assim, os alunos possam realmente obter a qualificação desejada e retornar à sociedade o investimento que ela própria, por meio da universidade, realiza na sua formação profissional.

Diante desse contexto, em consonância com o que defenderam Campello e Lins (2008), reforça-se a necessidade de a Ufes avaliar a realidade das mães universitárias em relação aos percalços que enfrentam, bem como o nível de retenção estudantil que isso acarreta e, assim, adotar as medidas adequadas para propiciar melhores condições de estudo para esse público. Algumas sugestões

foram apontadas pelas participantes da pesquisa como forma de a universidade auxiliar as alunas-mães:

O aumento de prazos para entrega de trabalhos, um pouco mais de flexibilidade no horário das aulas (ALUNA-MÃE 07).

Acho que um suporte em todos os turnos, iria ajudar muito. Como se fosse uma creche só para filhos de alunos matriculados. Meu curso é integral, e tem dia que fico longe do meu filho o dia todo (ALUNA-MÃE 02).

Deveria ter vagas pras crianças, eu nunca consegui uma vaga pra o meu filho na Criarte (ALUNA-MÃE 05).

As sugestões apontadas mostram que há, por parte da Ufes, uma carência de suporte às alunas que são mães: não há um local na universidade que atenda às demandas de mães e filhos durante todo o horário de aulas, como também não há vagas suficientes para as crianças da comunidade universitária na creche, o que faz com que essas alunas dependam de auxílio externo para que possam cumprir suas atividades acadêmicas. Além disso, com a sobrecarga de atividades (mãe, profissional, estudante), o tempo disponível para os estudos não é o bastante. Prestar suporte às alunas-mães viabiliza a dedicação adequada ao curso superior, possibilitando a formação de profissionais mais bem qualificadas. Sem isso, a universidade será mais uma instituição que contribui para manter e acentuar as já imensas disparidades entre os gêneros no mundo do trabalho.

Além das sugestões que aparecem nos comentários, as participantes classificaram em ordem de prioridade aspectos sugeridos no questionário como possíveis assistências a serem prestadas pela Ufes. A medida mais prioritária é a instalação dos fraldários, com seis respostas. As ações “ampliar vagas na creche”, “sensibilização docente para especificidades da aluna-mãe” e “assistência psicológica às alunas-mães” dividem o nível de prioridade 2, cada uma com cinco respostas. Como apontado, a existência de um local próprio para troca de fraldas é essencial, mas a infraestrutura da universidade não proporciona espaços que facilitem esse cuidado básico, o que faz com que a higiene das crianças seja feita de maneira improvisada.

O aumento de vagas na creche universitária, contemplando uma parcela maior de estudantes, certamente facilitaria a vida das alunas-mães, haja vista que ter um

local apropriado, dentro da própria universidade, para que a criança permaneça enquanto a mãe estuda é algo positivo. Favoreceria a logística para aquelas que não possuem apoio para os cuidados com os filhos e precisam que eles as acompanhem durante as aulas. Ainda que o período de permanência na creche não seja totalmente compatível com o das aulas dos cursos superiores, ter a confiança de uma educação de qualidade em um local próximo ao de estudos da mãe contribui para que ela esteja mais tranquila e tenha mais tempo para dedicação aos estudos.

Contar com a compreensão dos docentes para as demandas maternas é fundamental para o bom desenvolvimento estudantil. Precisar que uma criança frequente as aulas junto da mãe, ausentar-se para uma consulta médica do filho ou por conta do adoecimento deste, atrasar-se ou sair mais cedo da aula para buscar o filho na escola são alguns possíveis exemplos de situações que as alunas-mães podem enfrentar. Assim, conciliar tantas tarefas com a vida acadêmica torna-se mais leve se houver maior tolerância dos professores em relação às atipicidades da vida das estudantes que são mães.

Por fim, ainda em segundo lugar de prioridade, surge a necessidade de assistência psicológica às alunas-mães, é compreensível que este tipo de suporte apareça em destaque na lista de prioridade, pois de acordo com o que vem sendo ressaltado na pesquisa, as mães estudantes demonstram estar muito cansadas, beirando a exaustão, e diante do desgaste que enfrentam com a maternidade, os estudos, vida profissional, em meio a uma pandemia, o suporte emocional é algo extremamente necessário.

A terceira ação mais importante, conforme as participantes desta pesquisa, é a criação de regras mais flexíveis pós-licença, com quatro respostas, seguida da ampliação da licença-maternidade, com três respostas. Ambas as propostas indicam que o retorno aos estudos após o nascimento de um filho é algo desafiador. No que toca à duração de 90 dias da licença-maternidade tem-se que é um período muito curto e o retorno aos estudos se dá em um momento em que a criança ainda é extremamente dependente da mãe.

Da mesma maneira, a possibilidade de flexibilização de regras após o retorno às atividades é importante, tendo em vista o quão exaustivas são as demandas da maternidade, em especial no início da vida da criança. Cuidar de um recém-nascido demanda bastante dedicação, o que leva as estudantes-mães a deixar os estudos em segundo plano. Logo, se a entrega de atividades pudesse ter um prazo mais extenso, se houvesse a possibilidade de substituição de atividades avaliativas, se a exigência de presença em sala de aula fosse relativizada, se fosse possível apresentar atestado médico por adoecimento dos filhos para abonar suas faltas, as alunas-mães teriam algumas de suas dificuldades amenizadas.

Dentre as ações listadas, a existência de um local adequado para amamentar está em última prioridade, com apenas dois votos. Haver um local para amamentação ou que facilite a alimentação de crianças poderia contribuir para as mães que precisam passar mais tempo com filhos ainda pequenos, sendo ofertado um ambiente calmo e confortável, com cadeira de amamentação e estrutura para aquecimento de alimentos ou leite. Às vezes, as alunas-mães não têm a opção de compartilhar os cuidados com os filhos, necessitando levá-los para a Ufes, assim esse tipo de adaptação da universidade é importante.

5 CONCLUSÕES

Este estudo buscou medidas e instrumentos que possam ser adotados pela Ufes para proporcionar maior suporte as alunas-mães e, assim, reduzir os índices de retenção acadêmica, os quais, conforme a literatura, geram ônus em diversas esferas (pessoal, profissional, socioeconômica, provocando dispêndio nos investimentos públicos).

A fim de alcançar tal objetivo, realizou-se uma pesquisa qualitativa com suporte de dados quantitativos, na qual foram analisados os índices de retenção de alunas da Ufes, a partir dos Relatórios de Ritmo Estudantil, documentos fornecidos pela Prograd-Ufes. Além disso, a pesquisa coletou dados documentais em outras 69 universidades sobre ações voltadas às alunas-mães. Por fim, o estudo obteve dados com alunas-mães do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Ufes, um dos centros em que há elevado número de retenção no gênero feminino.

Ao analisar políticas de apoio alunas-mães realizadas por outras universidades federais brasileiras, notou-se que ações focadas na permanência estudantil conforme as demandas específicas das alunas e o contexto em que se inserem são raras, o que não colabora para resolver os problemas relatados pela literatura que discute a relação estudos-maternidade e também pelas alunas-mães participantes deste estudo. Ações mais contundentes somente foram vistas na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal de Pelotas. São ações com maior alcance que apenas o fornecimento de auxílio financeiro para custeio de creche e que se sobressaem por promover maior bem-estar das alunas que precisam coordenar estudos e maternidade. Desse modo, tornam o ambiente universitário mais adaptado às especificidades das alunas-mães e seus filhos, com benefícios que se estendem para toda a comunidade universitária.

Os dados obtidos com as alunas do CCHN permitiram registrar aspectos da vida estudantil de mães universitárias e quais os desafios mais marcantes para elas. Nessa direção, alguns pontos são destacados a seguir.

- A maioria das alunas-mães possui tripla jornada e se desdobra para o exercício das funções maternas, estudante e profissional, além de realizarem tarefas domésticas.
- A família da estudante-mãe representa sua principal fonte de suporte, um apoio essencial na condução de suas vidas universitárias. No entanto, a figura paterna não aparece como principal participante da rede de apoio dessas discentes, confirmando que, no que se refere aos cuidados com filhos, a maior parte do trabalho ainda é posta sob a responsabilidade das mães.
- Não ter condição de frequentar as aulas, precisar cursar menos disciplinas que o previsto, a necessidade de trancamento do curso e o desejo de abandono foram fatores apontados pelas alunas como aspectos presentes em suas realidades, sendo possível notar sua interferência negativa na condução dos estudos, o que gera retenção acadêmica e pode culminar na evasão do curso superior.
- As alunas vivenciam sobrecarga de tarefas, falta de tempo disponível para estudar, exaustão e adoecimento mental, todos fatores que prejudicam o bom desempenho estudantil e demandam grande esforço e persistência para a permanência na universidade, sendo essencial a existência de suporte na condução dos estudos acadêmicos.
- A maternidade representa uma função que demanda grande dedicação e, muitas vezes, sobrepõe-se às demais funções assumidas pelas alunas no que se refere ao tempo que dispõem.
- O acúmulo de funções com a maternidade, tarefas domésticas, vida profissional e estudos representa um dos fatores que contribuem para a permanência prolongada na universidade. As alunas com filhos enfrentam um desafio a mais na condução do curso e têm mais dificuldades para realizá-lo no tempo ideal.
- As universitárias com filhos enfrentam uma série de desafios: sentem-se sobrecarregadas, por vezes, exaustas, e a condução dos estudos em conciliação com a maternidade torna-se algo complexo. Dessa forma, a maternidade, como algo que, nas culturas patriarcais, demanda dedicação

intensa da mulher, terá influência no atraso do curso, uma vez que reduz o tempo disponível das alunas-mães para os estudos.

- A fim de avaliar a assistência prestada pela Ufes, as respostas das alunas-mães variaram de indiferente a insatisfeita, o que reforça a ideia de que a universidade ainda não é um ambiente acolhedor e preparado para amparar aquelas que precisam conciliar os estudos e a maternidade.
- A mera constatação de que mães universitárias possuem dificuldades na condução dos seus estudos, gerando retenção ou mesmo evasão, é apenas a etapa inicial, que deve ser seguida por ações efetivas para a promoção do sucesso estudantil, sob pena de a universidade ser mais uma das instituições sociais a contribuir para aumentar as desigualdades já tão intensas entre os gêneros.

A pesquisa, ainda que tenha apresentado resultados compatíveis com a literatura, foi realizada com uma quantidade reduzida de alunas. Talvez, com amostra maior de estudantes, os resultados e as discussões sobre o tema fossem mais robustos. Assim, a presente pesquisa pode servir de parâmetro para o desenvolvimento de novos estudos na Ufes, que contemplem uma parcela estudantil mais expressiva, com mais centros de ensino, ou ainda estudantes de toda a universidade, ou até mesmo pesquisas em outras instituições de ensino, a fim de acompanhar as demandas maternas de alunas.

Sugere-se que pesquisas futuras não apenas ampliem a amostra, como também realizem entrevistas em profundidade ou grupos focais com alunas-mães, a fim de captar ainda mais a subjetividade da realidade materna dentro da Ufes e de outras universidades, para que estas possam ser ambientes mais acolhedores aos próprios usuários e que seja prestada educação pública de qualidade de forma ampla, sendo mais justa não somente para as mulheres e seus filhos, mas para o conjunto da sociedade, que, afinal, é a destinatária dos profissionais formados.

O produto técnico desenvolvido a partir da presente pesquisa se enquadra na Linha de Pesquisa 1 do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública da Ufes, denominada “Política, planejamento e governança pública”, cujo objetivo é o desenvolvimento de gestores públicos comprometidos com o desenvolvimento

social do Brasil. A temática escolhida está associada ao Projeto Estruturante 1, que engloba políticas públicas e planejamento.

O PTT intenciona apresentar meios de minimizar os desafios enfrentados por alunas que sejam mães, visto que esses percalços interferem no bom andamento da graduação. Considerando a presença de interferências negativas durante a vida acadêmica das alunas com filhos, as quais acarretam a permanência prolongada destas estudantes na Ufes, são apresentadas sugestões para reduzi-las ou solucioná-las, visando ao melhor aproveitamento acadêmico e à redução da taxa de retenção estudantil.

As técnicas aplicadas para desenvolvimento do PTT foram a pesquisa documental e a aplicação de questionário. O anteprojeto apresenta uma aplicabilidade potencial, visto que ainda não foi aplicado na instituição. Além disso, avalia-se que ele poderá ser utilizado em outras instituições de ensino, principalmente em universidades públicas federais, haja vista que apenas 2 das 69 instituições dessa natureza cujos sites foram analisados na pesquisa que deu origem ao PTT possuem política específica para alunas-mães, sendo necessárias adequações conforme a realidade de cada instituição de ensino.

Considera-se que o anteprojeto contribui para a melhoria da condução dos estudos acadêmicos dessas discentes, por meio da promoção de uma universidade mais acolhedora para mães e seus filhos. Além disso, o impacto realizado pela sua aplicação consiste no fato de a universidade poder se tornar um ambiente mais favorável à presença de mães e suas crianças. Havendo potencial, ainda, para gerar consequências de naturezas social, econômica e cultural.

O impacto social potencial é notado por fornecer apoio institucional às alunas que têm filhos, adotando medidas para favorecer sua permanência na universidade. Na esfera econômica o impacto pode ser observado ao evitar o dispêndio de mais investimentos em alunas em retenção, haja vista que quanto maior o tempo para conclusão do curso superior, mais recursos precisam ser aplicados. Ademais, a adoção de política de apoio a mães universitárias contribui para uma

transformação cultural, fazendo da universidade um ambiente que permite a ascensão profissional de mulheres com filhos.

O Anteprojeto para adoção de política de apoio para alunas-mães é uma ferramenta inédita na Ufes, pois nesta não há, ainda, medidas implementadas visando à permanência dessas discentes nos cursos superiores, com exceção da previsão legal de afastamento para gestantes.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ligia Maria Leão de. “Pelo direito de ser mãe e estudante”: educação infantil na pauta estudantil universitária. **Dossiê: Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas**, v. 20, n. 37, 2018.

BARCELOS, JÚNIOR, Alexandre. **Retenção discente nos cursos de graduação do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo implantados a partir do Reuni**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9191_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Alexandre%20Barcelos.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

BITENCOURT, Silvana Maria. A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero. **Estudos Sociológicos**, v. 24, n. 47, p. 261-281, jul./dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm. Acesso em: 18 abr. 2021.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez., 2013.

CAMPELLO, Antonio de Vasconcellos Carneiro; LINS, Luciano Nadler. A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_078_545_11614.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

CORRÊA, Ana Carolina Costa; NORONHA, Adriana Back. **Avaliação da evasão e permanência prolongada em um curso de graduação em administração de uma universidade pública**. São Paulo: Fea-USP, 2004. Disponível em: https://repositorio.usp.br/single.php?_id=001516817. Acesso em: 28 nov. 2020.

ERK, T. **The college student as mother**: a phenomenological examination of community college student experiences. Thesis (Doctor of Education) – Ball State University Muncie, Indiana, 2013. Disponível em:

https://cardinalscholar.bsu.edu/bitstream/handle/123456789/197391/ErkT_2013-3_BODY.pdf?sequence=1. Acesso em: 16 nov. 2020.

ESTEVANS, Gabrielle. Desigualdade entre homens e mulheres no trabalho não diminui há 27 anos. **Portal Geledés**, mar. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desigualdade-entre-homens-e-mulheres-no-trabalho-nao-diminui-ha-27-anos/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

FABBRO, Márcia Regina C.; HELOANI, José Roberto M. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. **Investigación Y Educación en Enfermería**, v. 28, n. 2, p. 176-186, jul. 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul./ago. 1995.

HOCH, Salete da Silva. Igualdade de gênero e direito das minorias: a constituição brasileira e os direitos das mulheres. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA, 6., 2018. **Anais eletrônicos [...]** p. 613-626. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpc/article/view/1281/1054>. Acesso em: 14 mar. 2021.

JESÚS, Bento Manoel. Desnaturalizando o gênero e a sexualidade. **Revista Sociais e Humanas**, v. 27, n. 1, p. 21-28, jan./abr. 2014.

LIMA; Sandra Regina Rocha de; GONÇALVES, Josiane Peres; DUQUE, Tiago. A subalternidade nas relações de gênero: apontamentos a partir da perspectiva pós-estruturalista. **Cadernos da Fucamp**, v. 18, n. 34, 2019.

LIVINGSTON, G. **For most highly educated women, motherhood doesn't start until the 30s**. Pew Research Center, 2015. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/01/15/for-most-highly-educated-women-motherhood-doesnt-start-until-the-30s/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

LUCCHINI-RAIES, Camila *et al.* The lived experience of undergraduate student parents: roles compatibility challenge. **Revista Investigación y Educación en Enfermería**, v. 36, n. 2, jun. 2018.

LUZ, Sheyla Ronyele Holanda da; MENDES, Débora Lucia Lima Leite; SOARES, Maria Regiane Araujo. Evasão e retenção no ensino superior: problemas de avaliação, currículo ou formação de professores? **Educação & Linguagem**, a. 6, n. 2, p. 1-14, maio/ago. 2019.

MELO, Ana Danielle de Queiroz; SALDANHA, Sabrina Maria Cordeiro. A retenção dos alunos da Licenciatura em Química do IFCE, campus Quixadá: uma análise. **Educação, escola e sociedade**, v. 13, n. 15, p. 1-16, 2020.

MORAES, Joana de Paula Boeno. **Retenção discente no Centro de Ciências Humanas e Naturais da Ufes**: o caso dos cursos Letras-Português e Geografia. 11 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9194_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Joana%20Boeno20160107-101401.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

NEILL-WESTON, F.; MORGAN, M. Teenage childbearing: young sole mothers challenge the stereotypes. **Kōtuitui: New Zealand Journal of Social Sciences Online**, v. 12, n. 2, p. 179-191, 2017.

NOGUEIRA, Livia de Souza. **Propostas para melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes-trabalhadores dos cursos de graduação presencial**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13711_1.%20Disserta%E7%E3o%20final20191227-192917.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

OLIVEIRA, João Manoel de. O rizoma gênero: cartografia de três genealogias. **e-Cadernos CES**, v. 15, n. 15, p. 33-54, jan. 2013.

OLIVEIRA, Leticia *et al.* **Propostas de políticas de apoio à maternidade na universidade**. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho Mulheres na Ciência, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40688117/Propostas_de_Pol%C3%ADticas_de_Apoio_%C3%A0_Maternidade_na_Universidade. Acesso em: 16 maio 2021.

PEREIRA, Alexandre Severino. **Retenção discente nos cursos de graduação presencial da Ufes**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6638_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Alexandre%20Severino.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

PINEDA-BAEZ, Clelia; PEDRAZA-ORTIZ, Alexandra; MORENO, Iván Darío. Efectividad de las estrategias de retención universitaria: la función del docente. **Educación y Educadores**, v. 14, n. 1, p. 119-135, abr. 2011.

QUEIROZ, Vivian dos Santos; ARAGÓN, Jorge Alberto Orellana. Alocação de tempo em trabalho pelas mulheres brasileiras. **Estudos Econômicos**, v. 45, n. 4, out./dez. 2015.

RIBEIRO, Flavia Gripp. **Mães estudantes**: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17382/1/2016_FlaviaGrippRibeiro_tcc.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

SACCARO, Alice; FRANÇA, Marco Tulio Aniceto; JACINTO, Paulo de Andrade. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do Pnaes. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 44., 2016, São Bernardo do Campo. **Anais eletrônicos** [...] Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10648/2/Retensao_e_evasao_no_ensino_superior_brasileiro_uma_analise_dos_efeitos_da_bolsa_permanencia_do_PNAES.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

SALIBA, Nemre Adas *et al.* Organização curricular, evasão e repetência no curso de odontologia: um estudo longitudinal. **Revista de Odontologia da Unesp**, v. 35, n. 3, p. 209-214, 2006.

SANTOS, Adilson Pereira dos; NASCIMENTO, Caroline; RIOS, Jaime Roberto Teixeira. Estudo da evasão e da retenção nos cursos de Engenharia da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA*, 28., 2000, Ouro Preto. **Anais eletrônicos** [...] Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/19/artigos/175.PDF>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SANTOS, Aldenise Cordeiro; BEZERRA, Ada Augusta Celestino; FELDENS, Dinamara Garcia. A mulher na educação moderna: compreensões a partir dos estudos de Margaret Mead. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FÓRUM PERMANENTE DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL*, 2016. **Anais eletrônicos** [...], v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/viewFile/2333/665>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinários de America Latina y El Caribe**, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SCHIRMER, Sirlei N.; TAUCHEN, Gionara. Políticas públicas de enfrentamento da evasão na educação superior brasileira: um estudo do estado da arte. **Revista @mbienteeducação**, v. 12, n. 3, p. 316-341, set./dez. 2019.

SILVA, Betânia Eneida de Moraes *et al.* Universitárias que foram mães na adolescência: aspectos pessoais, sociais e familiares para continuidade dos estudos. **Revista Investigação**, v. 14, n. 2, p. 149-153, 2015.

SILVA, Jeane Santana da *et al.* A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão - UFMA campus VII Codó. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 42538-42550, jul. 2020.

SOARES, Lorena Sousa *et al.* Vivência de mães na conciliação entre aleitamento materno e estudos universitários. **Avances en Enfermería**, v. 35, n. 3, 2017.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016.

TERRA, Gianny do Nascimento. **A retenção em cursos do Centro de Ciências Agrárias da Ufes**: uma análise da percepção da comunidade universitária. 162 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9193_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Gianny%20Terra.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

TONTINI, Gérson; WALTER, Silvana Anita. Lealdade e retenção no ensino superior: percepções teóricas sobre construtos. **Revistas da FAE**, v. 16, n. 1, 2013.

UFES. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015/2019**. 2015. Disponível em: https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_-_2015-2019_1.88mb_.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. Salvador: Edufba, 2011. p. 145-168.

VASCONCELOS, Ana Lúcia Fontes de Souza; SILVA, Márcio Nunes da. Uma investigação sobre os fatores contribuintes na retenção dos alunos no curso de Ciências Contábeis em uma Ifes: um desafio à gestão universitária. **Registro Contábil**, v. 2, n. 3, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, Adriane; AMARAL, Grazielle Alves. A arte de ser beija-flor na tripla jornada de trabalho da mulher. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 403-414, 2013.

WEED, K.; NICHOLSON, J. S. Differential social evaluation of pregnant teens, teen mothers and teen fathers by university students. **International Journal of Adolescence and Youth**, v. 20, n. 1, p. 1-16, 2014.

APÊNDICE A – MENSAGEM DE ENVIO DO QUESTIONÁRIO

Prezada aluna,

Enviamos essa mensagem para convidá-la a participar da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional (PPGGP) da Ufes pela aluna Nayara Cristina Brito Dias, sob a orientação da Profa. Maria Auxiliadora de Carvalho Corassa.

A pesquisa tem por objetivo coletar dados a respeito das dificuldades enfrentadas pelas alunas-mães na condução da maternidade associada aos estudos acadêmicos.

Para participar, basta clicar no link a seguir e, após leitura e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, responder ao questionário.

O tempo médio de resposta é de 15 minutos. Sua resposta é muito importante, pois os resultados da pesquisa darão subsídios para elaboração de propostas que colaborem para a construção de uma política de assistência às mães universitárias.

Link para o questionário:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeRN8zirrHm8XsBbFh7-x6XXFqCVwTlpTAy5Ri0QjAruq3Wkw/viewform>

Dúvidas e esclarecimentos podem ser dirimidas via do e-mail nayarabdias@gmail.com.

Agradecemos sua participação.

Nayara Cristina Brito Dias

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E QUESTIONÁRIO

Maternidade e estudos acadêmicos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você foi convidada a participar da pesquisa "A conciliação da maternidade com a vida acadêmica: uma contribuição da gestão pública no combate à retenção universitária", que avalia ferramentas que podem ser adotadas em uma universidade pública para a melhoria do desempenho acadêmico das estudantes-mães, a fim de evitar a retenção estudantil dessas alunas.

GARANTIA DE PRIVACIDADE

Você não será identificada ao dar respostas ao questionário e elas serão acessadas apenas pela pesquisadora responsável e sua orientadora, sendo divulgadas apenas na dissertação de mestrado resultante da pesquisa. Assumo a responsabilidade pelo armazenamento adequado dos dados coletados, que, finalizado o período de coleta e análise, serão retirados desta plataforma. Ainda assim, toda pesquisa em ambiente virtual está sujeita a riscos característicos desse ambiente, em função das limitações dessas tecnologias. Destaca-se a importância de que você guarde em seus arquivos pessoais uma cópia do documento eletrônico preenchido.

RISCOS E DESCONFORTOS

Você pode sentir cansaço e desconforto ao relatar questões relativas à maternidade, mas, a qualquer momento, pode desistir de sua participação. Você também tem o direito de não responder a qualquer questão, sem precisar dar justificativa.

BENEFÍCIOS

Respondendo ao questionário, você estará contribuindo com o desenvolvimento de uma política de apoio para mães-universitárias, de modo a promover maior sucesso acadêmico para essas alunas e evitar sua retenção no curso superior, ação importante para promover a igualdade de gênero.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/ OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

Seu consentimento de participação poderá ser dado pela escolha da opção "sim", que se encontra no fim deste termo. Você não é obrigada a participar da pesquisa, podendo abandoná-la a qualquer tempo. Caso isso ocorra, você não mais será contatada pela pesquisadora.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO E INDENIZAÇÃO

Não há qualquer valor econômico, a receber ou a pagar, pela sua participação nesta pesquisa. Porém, é garantido o direito de pleitear indenização mediante eventuais danos dela decorrentes, desde que comprovados por meio de decisão judicial ou extrajudicial, de acordo com o item IV, 4c, da Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas ou problema a relatar, contate a pesquisadora Nayara Cristina Brito Dias (nayarabdias@gmail.br | (27) 99251-4596) ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Ufes (cep.goiabeiras@gmail.com | (27) 3145-9820 | Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 7, Prédio Administrativo do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Goiabeiras, Vitória - ES, 29.075-910).

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa, declaro ter cumprido as exigências da Resolução CNS 510/2016, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Nayara Cristina Brito Dias
C.I. 2322501-ES

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Ufes

Li o Termo de Consentimento Livre e não tenho dúvidas sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada digitalmente pela pesquisadora.

Sim

Não

1. Quantos filhos você tem?

1

2

3

4

5 ou mais

2. Quando foi o nascimento ou adoção do 1º filho?

antes de iniciar o curso de graduação

após iniciado o curso de graduação

3. Com quantos anos você teve o 1º filho?

17 ou menos

18 a 20

21 a 25

26 a 30

30 ou mais

4. Qual o seu estado civil?

solteira

casada

união estável

separada ou divorciada

Outros...

5. Possui ocupação profissional?

- Sim
- Não (caso esta seja a sua resposta, vá para a pergunta 7)

6. Qual a jornada de trabalho semanal?

- até 20 horas
- 21 a 30 horas
- 31 a 40 horas
- mais de 40 horas

7. Você conta com apoio nos cuidados com o(s) filho(s) e nas atividades domésticas enquanto frequenta as aulas na UFES?

- Sim
- Não (caso esta seja a sua resposta, vá para a pergunta 9)

8. Caso a resposta à pergunta anterior tenha sido sim, de quem ou de qual local vem esse apoio?

- parente
- amiga (o)
- babá
- creche
- Outros...

9. Quais tipos de dificuldades enfrenta para cumprir as atividades acadêmicas em razão das demandas da maternidade? (quanto mais informações você nos der, melhor será)

Texto de resposta longa

.....

10. Qual das dificuldades listadas é a mais complexa? Por quê? (quanto mais informações você nos der, melhor será)

Texto de resposta longa

11. Você já realizou trancamento de matrícula?

- Sim
- Não (caso esta seja a sua resposta, vá para a pergunta 13)

12. Caso a resposta à questão anterior tenha sido afirmativa, das opções abaixo, qual mais se adequa ao motivo que a levou ao trancamento do curso:

- horários de aulas incompatíveis com outras atividades pessoais
- pouco tempo disponível para dedicação aos estudos
- gravidez
- adoecimento (próprio ou de familiar que dependa dos seus cuidados)
- Outros...

13. Durante a graduação, você sentiu necessidade ou precisou reduzir a quantidade de disciplinas cursadas em razão das demandas da maternidade?

- Sim
- Não

14. Já reprovou em alguma disciplina?

- Sim
- Não (caso esta seja a sua resposta, vá para a pergunta 16)
-

15. Caso a resposta à questão anterior tenha sido afirmativa, das opções abaixo qual mais se adequa ao motivo que a levou à reprovação:

- falta de tempo para os estudos
- dificuldade no tema da disciplina
- dificuldade didática do(a) professor(a)
- impossibilidade de frequentar as aulas
- Outros...

16. Já cogitou abandonar os estudos?

- Sim
- Não (caso esta seja a sua resposta, vá para a pergunta 18)

17. Caso a resposta à questão anterior tenha sido afirmativa, que fator a levou a cogitar o abandono?

Texto de resposta longa

.....

18. Como você descreveria sua rotina de aluna-mãe? (quanto mais informações você nos der, melhor será)

Texto de resposta longa

.....

19. Avalie a assistência da universidade às alunas-mães:

- Muito satisfeita
- Mais ou menos satisfeita
- Nem satisfeita, nem insatisfeita
- Mais ou menos insatisfeita
- Muito insatisfeita

20. Classifique, em ordem de prioridade, as seguintes sugestões de adaptações que a UFES poderia adotar para as alunas-mães:

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Fraldári...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Local a...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliar ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliar ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxílio ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regras ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assistê...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sensibili...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21. Você tem outras sugestões, a serem adotadas pela UFES, que possam auxiliar as alunas-mães? (quanto mais informações você nos der, melhor será)

Texto de resposta longa
